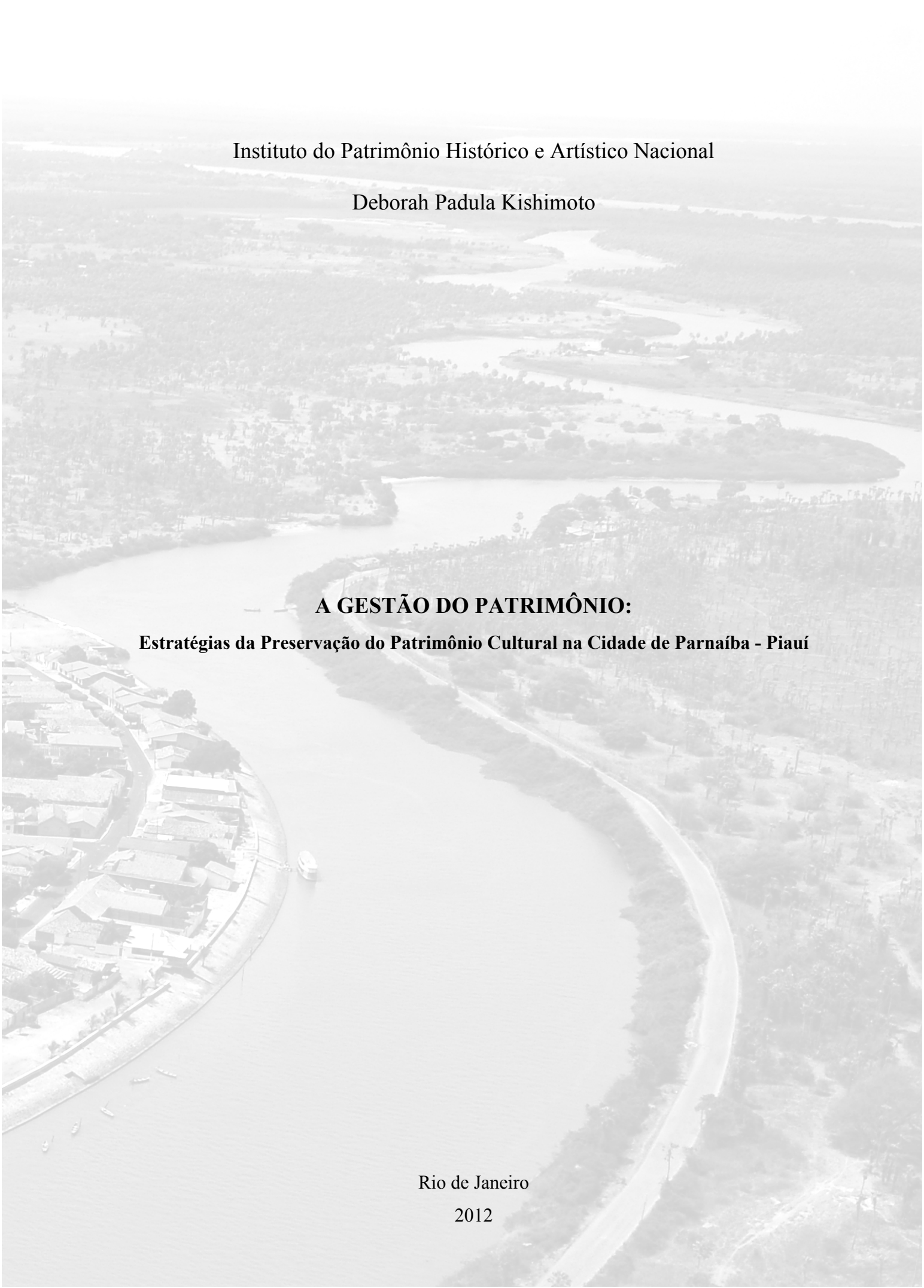
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Deborah Padula Kishimoto



A GESTÃO DO PATRIMÔNIO:

Estratégias da Preservação do Patrimônio Cultural na Cidade de Parnaíba - Piauí

Rio de Janeiro

2012

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Deborah Padula Kishimoto

A GESTÃO DO PATRIMÔNIO: Estratégias da Preservação do Patrimônio Cultural na Cidade de Parnaíba – Piauí

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisitos para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientador: Prof. Ms.. Evandro Domingues
Supervisora: Prof. Claudiana Cruz dos Anjos

Rio de Janeiro

2012

O objeto de estudo dessa Dissertação foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN no Piauí.

K46g Kishimoto, Deborah Padula.
Gestão do patrimônio cultural: estratégias de preservação do patrimônio cultural na cidade de Parnaíba – PI / Deborah Padula Kishimoto – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

86 f.: il.

Orientador: Evandro Domingues

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012.

1. Patrimônio Cultural. 2. Gestão. 3. Tombamento. 4. Parnaíba / PI. 5. IPHAN. I. Domingues, Evandro. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 363.690981

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Deborah Padula Kishimoto

A GESTÃO DO PATRIMÔNIO: Estratégias da Preservação do Patrimônio Cultural na cidade de Paraíba-Piauí

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2012.

Banca examinadora

_____
Professor Ms. Evandro Domingues (orientador)

_____
Arquiteta Claudiana Cruz dos Anjos (supervisora) – Superintendente do IPHAN no Piauí

_____
Professora Dra. Márcia Regina Romeiro Chuva – UNIRIO

_____
Professor Dr. José Simões de Belmont Pessôa – UFF

Ministério da Cultura – MinC
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
Departamento de Articulação e Fomento – DAF
Coordenação-Geral de Documentação e Pesquisa – Copedoc
Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN – PEP/MP

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

No dia 28 de setembro de 2012, às 14:00 horas, na Sala 808 do Palácio Gustavo Capanema, sede do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN (PEP/MP), a Banca Examinadora reuniu-se em sessão pública, a fim de avaliar a dissertação intitulada *A Gestão do Patrimônio: Estratégias da Preservação do Patrimônio Cultural na Cidade de Parnaíba - Piauí*, apresentada pela aluna DEBORAH PADULA KISHIMOTO, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes membros: Professor Ms. Evandro Domingues do PEP/MP (orientador e presidente da Banca), Professora Dra. Márcia Chuva da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Professor Dr. José Pessôa da Universidade Federal Fluminense e a supervisora da aluna na Superintendência do IPHAN no Piauí, Claudiana Cruz dos Anjos.

Aberta a sessão pelo presidente da Banca, coube à aluna, na forma regimental, expor o tema de sua dissertação dentro do tempo regulamentar. Em seguida, a aluna foi questionada pelos membros da banca examinadora, tendo dado as explicações necessárias.

Em recinto privado, os membros da Banca deliberaram a favor da aprovação da aluna, que faz jus ao título de **Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural**, mediante a incorporação das recomendações feitas pela Banca à dissertação para depósito final no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da defesa.

Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Professor Ms. Evandro Domingues

Professor Dr. José Pessôa

Professora Dra. Márcia Regina Romeiro Chuva

Supervisora Claudiana Cruz dos Anjos

Ministério da Cultura – MinC
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
Departamento de Articulação e Fomento – DAF
Coordenação-Geral de Documentação e Pesquisa – Copedoc
Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN – PEP/MP

DECLARAÇÃO DE DEFESA

DECLARO, para os devidos fins, que DEBORAH PADULA KISHIMOTO, RG: 25.348.579-4 e CPF: 299.940.538-33, cumpriu todos os requisitos necessários à obtenção do grau de **MESTRE EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**, tendo sido aprovada na defesa da dissertação intitulada "A Gestão do Patrimônio: Estratégias da Preservação do Patrimônio Cultural na cidade de Parnaíba – Piauí", em 28 de setembro de 2012, no curso de pós-graduação *stricto sensu* – Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –, reconhecido pelo MEC por meio da Portaria nº. 978, de 26 de julho de 2012.

LIA MOTTA
Coordenadora do PEP Mestrado Profissional
Coordenadora-Geral de Pesquisa e Documentação do DAF/IPHAN

AGRADECIMENTOS

Este trabalho faz parte de um processo no qual o resultado não será o término destas reflexões, mas sim a continuidade do olhar para o patrimônio cultural.

Agradeço profundamente às pessoas maravilhosas que me guiaram neste caminho acadêmico-profissional, em especial, meu orientador Evandro Domingues, minha supervisora Claudiana Cruz dos Anjos e meu coorientador Marcelo Sotratti.

Meus eternos agradecimentos aos professores do programa de mestrado, Márcia Chuva, Regina Abreu, Flávio Carsalade, Rogério Proença, Rosana Najara, Sônia Rabelo, Juliana Santilli, Maria Cecília Londres Fonseca e Márcia Sant'Anna pelas disciplinas cursadas e pelas discussões nelas empreendidas. Devo também agradecimentos aos demais professores e funcionários do IPHAN e da Fundação Darcy Ribeiro, sempre dispostos a colaborar.

Aos amigos de curso, Paula Paoliello Cardoso, João Marcos Chapinel, Marta Rachel, Tiago Ramires, Aline Di Salvo, Guilherme Butter, Natalia Brayner, Walace Fonseca Leite, Catarine Moreira, Daniella Lira e Fabrício Rocha, pelas amizades, conversas, risadas e por compartilharem comigo as angústias da última hora.

Ao IPHAN, devo imensamente. Pelo vício no patrimônio, pelo carinho de seus servidores, por ter me abraçado e impulsionado para as primeiras sementes desse caminho a ser perseguido. Pela paciência e compreensão ao longo dos dois anos que participei do programa de mestrado. Meu profundo agradecimento.

Aos funcionários da COPEDOC/IPHAN, pela inestimável experiência, especialmente a Lia Motta, Bia Landau, Adriana Nakamuta, Renata Santos, Claudia Leal, Ana Carmem, Luciano Teixeira e Juliana Sorgine, pelas contribuições que deram à pesquisa. Agradeço, também, por suas atenções e paciência, aos funcionários da Biblioteca Noronha Santos e do Arquivo Central do IPHAN, principalmente a Hilário Figueiredo Pereira Filho.

Meus especiais agradecimentos vão para Gabriel Folking, Larissa Tollstadius e Áureo Tupinambá Jr., companheiros de pesquisa, trabalho, lazer e de patrimônio. Horas de conversas, reflexões, artigos, projetos e noites acordadas.

Dos tempos de faculdade, agradeço o aprendizado com o mestre Arquiteto Haron Cohen e Francisco Jordan e Ricardo Caruana. De tempos imemoriais, tenho dívidas impagáveis com Vivian Hirata, Renata Sung Machado e Flavia Volk. Dos últimos tempos, agradeço Cezar Marco Barros e Raquel Carvalho e, em especial, uma gratidão inestimável por Lídia Rangel, por sua generosidade sem igual.

Mas, a alguns, não tenho palavras para agradecer por tudo e por sempre, e aos meus pais e familiares, por estarem na largada e na chegada.

O mais interessante na vida e no trabalho é o que permite tornar-se algo de diferente do que era ao início. Se você soubesse ao começar de um livro o que se ia dizer no final, você crê que teria coragem de escrevê-lo? Isso vale para a escrita e para uma relação amorosa, vale também para a vida. O jogo vale a pena na medida em que não se sabe como vai terminar.

Michel Foucault

RESUMO

A dissertação a seguir é resultado da reflexão sobre a preservação do patrimônio cultural no Piauí a partir da experiência como bolsista do Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN. A abordagem e as questões levantadas resultam de um contraste entre experiências anteriores com a preservação do patrimônio cultural urbano, no processo das atividades como bolsista e, principalmente, da pesquisa realizada sobre as cidades do Piauí, em especial Parnaíba. Procuro compreender o processo de tombamento de Parnaíba, comparando-o com o contexto dos tombamentos realizados pelo IPHAN nos seus primeiros anos de atuação no Piauí.

Fizeram parte desta análise fatores relacionados à gestão do patrimônio cultural nos sítios ou conjuntos urbanos tombados. A complexidade, a viabilidade da preservação, as ações de acautelamento e a reavaliação constante do patrimônio protegido por lei federal são pontos analisados a partir do caso de Parnaíba, no Piauí.

Um ponto de partida deste trabalho foi a abordagem da contradição entre discurso e prática na política do IPHAN, resultante da aplicação de uma proposta de atribuição de valor e de gestão do patrimônio, o *tombamento em rede*, com as condições da instituição de gerir esse patrimônio. Chegamos a algumas constatações sobre a aplicação dessa proposta em conjunto com a aplicação de instrumentos de inventário, como o *Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão*, e de projetos de gestão compartilhada, como o *Sistema Nacional de Preservação Cultural*, que dentre suas justificativas, buscam reverter o descompasso evidenciado em locais pouco assistidos pelas políticas de patrimônio da instituição federal, mas que continuam focando os bens culturais de natureza material, móveis e imóveis, não contemplando o tratamento dos bens de natureza imaterial.

Palavras-chave: Gestão; Patrimônio Cultural, Tombamento em Rede.

LISTA DE SIGLAS

ACP	Associação Comercial de Parnaíba
ACT	Acordos de Cooperação Técnica
APPC	Acordo de Preservação do Patrimônio Cultural
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
CONSPAC	Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Parnaíba
DEPAM	Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização
FNPC	Fórum Nacional de Patrimônio Cultural
FUNDAC	Fundação Cultural do Piauí
FUNDURB	Fundo de Desenvolvimento Urbano de Parnaíba
IBC	Inventário de Bens Culturais
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
INBI-SU	Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados
IPAC	Inventário do Patrimônio Artístico e Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MinC	Ministério da Cultura
PAC – CH	Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas
PACH	Plano de Ação das Cidades Históricas
PCH	Programa das Cidades Históricas
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SICONV	Sistema de Convênios
SNPC	Sistema Nacional do Patrimônio Cultural
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	United Nations Educational Scientific and Cultural Organization

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	O IPHAN – Teve as seguintes denominações no Piauí	52
QUADRO 02	Bem tombado pelo IPHAN no Piauí	54
QUADRO 03	Divisão das fichas do SICG	66

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	Organograma do IPHAN	23
FIGURA 02	Museu do Homem Americano	49
FIGURA 03	Mapa Brasil, Piauí e Parnaíba.	61
FIGURA 04	Imagem aérea do conjunto urbano da cidade de Parnaíba - PI	75
FIGURA 05	Projeto de educação patrimonial sobre o conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba	78
FIGURA 06	Plano Diretor Estratégico do Município de Parnaíba, 2007.	80
FIGURA 07	Poligonal de preservação de Parnaíba segundo o SICG.	81
FIGURA 08	Implantação do Projeto Porto das Barcas-Recuperação	82
FIGURA 09	Perspectiva eletrônica do Projeto do Porto das Barcas	82
FIGURA 10	Imagem aérea do Porto das Barcas atualmente	82
FIGURA 11	Vista Rio Igaraçu área do Porto das Barcas	83
FIGURA 12	Vista rua interna do Porto das Barcas	84
FIGURA 13	Imagens da fachada de um sobrado na Avenida Getúlio Vargas	84
FIGURA 14	Momentos distintos do imóvel na Praça da Graça.	85
FIGURA 15	Fachada de imóvel da Avenida Getúlio Vargas	86

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14
CAPÍTULO 01 19
1.1 A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO 20
1.2 INSTRUMENTOS LEGAIS E INVENTÁRIOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL 25
1.4 NOVAS AÇÕES PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL 34
1.5 PERSPECTIVAS DO TOMBAMENTO EM REDE 40
CAPÍTULO 02 43
2.1 O IPHAN NO PIAUÍ 45
2.2 AS DEMANDAS SOCIAIS E O PATRIMÔNIO 49
2.3. INQUIETAÇÃO COM A FALTA DE NORMATIVAS 53
2.4. REFERÊNCIAS LEGAIS DO CONJUNTO TOMBADO DE PARNAÍBA. 55
CAPÍTULO 03 60
3.1. CIDADES DO PIAUÍ: A OCUPAÇÃO DO INTERIOR DO PAÍS 61
3.2. CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE PARNAÍBA 65
3.3. INVENTÁRIO, PLANO DIRETOR E AÇÕES DE PRESERVAÇÃO. 69
CONSIDERAÇÕES FINAIS 77
REFERÊNCIAS 79
ANEXOS 85

INTRODUÇÃO

(...) precisamos da história, mas não como precisam dela os ociosos que passeiam no jardim da ciência.
Friedrich Nietzsche

O despertar para o Patrimônio

Este trabalho tem o objetivo de analisar questões relativas à gestão do patrimônio tombado do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba/Piauí entre os anos de 2009 -2010 e, conhecer a posturas e decisões tomadas em prol da preservação do patrimônio cultural, a partir das ações preservacionistas construídas no contexto de políticas governamentais, em distintos momentos históricos, em que está inserida a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Nesse sentido, estabelecemos um recorte para a pesquisa no sentido de permitir uma reflexão sobre momentos e posturas dos diferentes anos de trabalho do IPHAN. Assim, buscamos apresentar um panorama da preservação do patrimônio cultural a partir da percepção construída em torno da rotina de trabalho na Superintendência do IPHAN no Piauí, no âmbito do programa de mestrado.

A relação entre os programas de incentivo governamentais e os instrumentos de inventário e processos de atribuição de valor foi objeto de análise neste trabalho, e sobre essa relação se concentraram os esforços da pesquisa no sentido de compreender a utilização de conceitos e propostas políticas de preservação pelo IPHAN.

Estudamos alguns aspectos da trajetória do Estado brasileiro entre os anos 1970 e 1980, com o objetivo de entender como as reivindicações da sociedade resultaram em modificações profundas nas políticas governamentais e nas práticas de preservação do patrimônio. Essas reivindicações resultaram numa afirmação do Estado democrático e da cidadania, o que proporcionou a garantia do direito à identidade, à história e à memória como valores coletivos, particularmente para os grupos sociais não reconhecidos no ideal de uma identidade homogênea para toda a sociedade brasileira. As lutas pelo respeito aos "grupos renegados" levaram a um discurso de preservação de um patrimônio cultural construído a partir de parcerias, identificado como significativo daquilo que as próprias comunidades reconheciam como representativo de sua diversidade cultural.

No período final da ditadura militar,[1] criou-se um panorama favorável à inclusão do tema do patrimônio cultural na luta pelos direitos civis, o que se refletiu no campo da preservação dos conjuntos urbanos, com uma demanda sobre a instituição do patrimônio.

> Em 1974, iniciou-se o processo de "abertura política" da ditadura militar, deixando aflorar reivindicações latentes, como as que surgiram em trono do tema da preservação urbana. O "milagre econômico" promovido pela ditadura no inicio da década, ao provar violentas transformações nas cidades, criou um panorama favorável à inclusão do tema do patrimônio urbano na luta pelos direitos das comunidades, associado ao processo de redemocratização do país. Era um espaço possível de organização social, que supria, em parte, a inexistência de movimentos políticos - partidários, ainda clandestinos ou incipientes no inicio da "abertura política", que fez surgir uma demanda não institucional para a preservação de imóveis e sítios urbanos – inédito nos trabalhos de preservação no Brasil – advindo das comunidades organizadas nas grandes cidades. (MOTTA, 2000, p. 11)

O cenário delicado instaurado no Brasil dos anos 1970 havia levado os agentes do patrimônio a repensarem os critérios pelos quais, até então, se tinha privilegiado uma representação da "identidade nacional" que desconsiderava as manifestações culturais de grupos distintos da sociedade brasileira. Segundo Lia Motta:

> No âmbito do IPHAN, termos como 'memória', 'identidade' e 'referências locais e comunitárias', ou ideias como 'a comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio' surgiram no lugar antes exclusivo ao "patrimônio histórico e artístico nacional" ou identidade nacional. Criticava-se o trabalho dirigido ao monumento isolado, apontando a necessidade de incluí-lo "como elemento dinâmico de uma ativa e presente trajetória histórica' (MOTTA, 2000, p.12).

A "construção" do patrimônio, bem como das políticas públicas, estava atrelada a uma série de mudanças determinadas pela nova ordem mundial, entre elas, a crise fiscal que vinha provocando o encolhimento do papel do Estado como gestor do espaço urbano. Este cenário levou à emergência de correntes de pensamentos que indicavam "como condição para a sustentabilidade de qualquer política nesse setor, o envolvimento dos atores no processo" (FIGUEIREDO, 2001, p. 02). No caso do campo do patrimônio, isto repercutiria na valorização da comunidade detentora do conhecimento sobre o bem cultural como interlocutora para a sua preservação.

Alguns conceitos e práticas institucionais foram sistematizados no decorrer da pesquisa para compreender os contextos de mudanças na atuação do IPHAN. Neste sentido, percebemos que os programas governamentais de incentivo financeiro possuem um vínculo com as ações construídas a partir da política de tombamento federal. Partimos, então, para um panorama das cadeias de informação sobre o patrimônio cultural no Brasil. Resolvemos expor em quadros-síntese as ações preservacionistas, os instrumentos legais, os dirigentes do IPHAN e os programas de incentivo.

[1] Momento político brasileiro de profunda repressão e imposição do poder do Estado sobre a sociedade civil.

Os objetivos propostos com essas reflexões estão baseados na avaliação das informações adquiridas no contato com o trabalho da instituição de preservação, buscando-se aplicar os conceitos teóricos nas experiências práticas da rotina de trabalho que presenciamos na unidade do IPHAN-PI. Com isso, procuramos entender a aplicação das teorias relativas ao campo do patrimônio nas ações práticas, partindo da premissa de que se não houver uma reflexão em torno das ações interligadas com as teorias e conceitos do campo, a percepção no que se refere ao patrimônio cultural se tornaria debilitada.

Iniciamos o primeiro capítulo tratando da formação do conceito de patrimônio histórico, e de como as reflexões realizadas na França desde o século XVIII subsidiaram as políticas de preservação do patrimônio no Brasil, construídas com base na ideia de "identidade nacional", adotada pelos agentes do então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN. Apresentamos uma breve contextualização dos dispositivos legais e instrumentos em prol da preservação no país, e elencamos alguns aspectos correspondentes aos novos conceitos empregados pelo IPHAN, que nos permitem compreender os tombamentos de grandes áreas territoriais e a percepção de sítios ou 'conjuntos históricos e paisagísticos' a partir da noção de "paisagem cultural", segundo as premissas adotadas pela UNESCO[2] (BRASIL, 2008, p. 11).

O segundo capítulo propõe organizar as informações obtidas na rotina de trabalho acompanhada na Superintendência do IPHAN do Piauí, acerca do conjunto tombado de Parnaíba, apontando as inquietações dos técnicos e da sociedade em torno das ações de preservação dos bens culturais protegidos pela instituição federal.


[3]

A necessidade de gerir as demandas das cidades tombadas tem motivado o IPHAN a investir na elaboração de normativas. Constatamos que no ano de 2010 ainda não haviam sido propostas normativas para o conjunto de Parnaíba (2008), nem pela instituição federal, nem pelas demais esferas públicas que têm responsabilidades sobre a área, o que tem contribuído para os problemas e conflitos gerados em torno do tombamento. Por isso, o segundo capítulo

[2] O conceito de *Paisagem Cultural*, segundo definição da UNESCO, remete aos "bens culturais que representam 'obras conjuntas do homem e a natureza' e ilustram a evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, condicionados pelas limitações e/ou pelas oportunidades físicas que apresenta seu entorno natural e pelas sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto externas como internas." Disponível em www.ipac.ba.gov.br/site/conteudo/downloads/arquivos/arquivo474/patrimonio.pdf, acesso em 12/10/2010.

[3] Alegoria cobra mordendo o rabo, desenho em nanquim sobre papel canson. Acervo Deborah Padula Kishimoto.

traz, uma descrição do gerenciamento da área municipal e das esferas públicas envolvidas com o tombamento de Parnaíba/PI, tratando da legislação municipal acerca da administração do conjunto tombado e da gestão do IPHAN.

Um argumento sobre a criação de normativas para o conjunto tombado de Parnaíba é o conhecimento da legislação municipal e das formas de gestão empregadas. Por isso, a elaboração de normativas para sítios tombados tem um grau de complexidade elevado, e exige o trabalho de uma equipe multidisciplinar de profissionais da área de urbanismo, direito, ciências sociais, geografia, história, arqueologia, engenharia sanitária, entre outras. Essa constatação nos fez perceber como inviável a proposta inicial indicada para a vaga no programa de mestrado do Iphan, no Piauí, de criar normativas para o conjunto tombado de Parnaíba. Assim, direcionamos a pesquisa para uma discussão da problemática envolvendo o processo de tombamento e a prática de atuação da instituição, em que são perceptíveis as questões que envolvem essa normatização.

O recorte da pesquisa foi consolidado no terceiro capítulo, que é resultado da trajetória desta pesquisadora na prática e na vivência dentro da instituição. O foco principal está no estudo dos processos de tombamento em curso no Piauí, através do recorte temático do tombamento de Parnaíba, para entender o uso desse caso como referência na justificativa da preservação de vários núcleos históricos do Piauí, a partir do conceito de *tombamento em rede*, empregado pelo IPHAN.

O contato com o núcleo urbano de Parnaíba, original do século XVIII, permitiu verificar uma característica importante do conjunto tombado: a permanência dos usos e da ocupação das edificações do centro histórico. A peculiaridade de seus diferentes traçados urbanos e de sua dinâmica de trabalho/moradia é uma qualidade importante que foi preservada, independente do tombamento, e mantém esse espaço vivo, como "suporte de memória" de sua sociedade.

A verificação dessa permanência pode ser percebida na iconografia existente das ocupações e expansão do núcleo de origem da antiga vila de São João da Parnaíba, em anexo, ao final desta dissertação.

Identificar as estratégias de valorização e preservação do sítio histórico de Parnaíba levou a uma reflexão sobre a gestão do patrimônio cultural adotada pelos órgãos públicos, particularmente acerca da preservação dos conjuntos urbanos tombados e da percepção da sociedade sobre o seu patrimônio.

Entender os processos de gestão do patrimônio cultural é o desafio da pesquisa, e o resultado foi uma reflexão, também, sobre o conceito de *tombamento em rede*, utilizado pela

instituição, e sua relação com o planejamento e as políticas públicas adotadas para a preservação do patrimônio cultural no Piauí.

CAPÍTULO 01

(...) *o essencial não é que a cama de Van Gogh seja exatamente aquela em que se afirma ter ele dormido: tudo o que se espera é que lhe mostrem.*
Lévi-Strauss

As práticas de preservação surgiram não como uma ação espontânea, objetivando a conservação de um patrimônio às futuras gerações, mas sim da reflexão de um grupo de intelectuais a partir da perda de monumentos durante a Revolução Francesa. A destruição dos símbolos do feudalismo e da monarquia foi percebida por estes intelectuais como um apagamento da história anterior a partir do ideal moderno de Estado-Nação.

Na França revolucionária do século XVIII, a negação do período anterior para a construção daquele ideal de 'nação' foi um pensamento vigente, e com isso, a necessidade de destruir os símbolos do passado monárquico, criando uma ideia de 'modernidade' que instaurava a nova forma de se relacionar com o tempo, desvinculando a noção de passado das ações presentes (CHUVA, 2002).

Segundo Françoise Choay (2001), a consagração do monumento histórico na França (1820-1960) aconteceu através de uma mudança de mentalidade, referindo-se a uma proposta de "viagem de impressões" (2001, p.248), emprestada das reflexões dos britânicos, italianos e germânicos sobre a "evolução da arte e do gosto, cujos interditos e entusiasmos determinam fases distintas no tratamento e da seleção dos monumentos históricos a serem protegidos" (2001, p. 258), abrindo espaço para uma ideia de identidade nacional.

A partir das constituições de acervos museográficos, de investimentos na área militar e da apropriação de uma retórica baseada em conceitos da antiguidade clássica, criaram-se fundamentos para se determinar uma identidade e tradição francesas. Assim, os objetos remanescentes de períodos anteriores à Revolução Francesa passariam a ser vistos como estratégicos para se comprovar a legitimidade da presença do Estado-Nação.

Segundo Walter Benjamim (1985), ao analisar a presença deste Estado, a ideia do 'presente' estabelecer uma nova concepção em relação ao 'passado' – e não o sentido inverso – foi determinante para a justificativa de se fazer necessária a construção de novas tradições para representar o novo Estado-Nação.

A busca da Antiguidade para determinar a origem da identidade francesa a partir de uma herança na Grécia antiga, apagando as marcas de despotismo do Antigo Regime, constituiu, assim, as marcas da origem da Nação, e da relação com o patrimônio. A ação política pretendida era de se desvincular da herança monárquica para criar um vínculo

histórico com outro momento que aparece como sendo o "momento fundador" da Nação que se pretendia estabelecer.

Posteriormente, de acordo com Márcia Chuva (2002), a história nacional francesa, materializada em monumentos, foi aos poucos recontada a partir de uma valorização da Idade Média, afirmando-se o período medieval como origem autêntica da Nação. O monumento histórico representaria, metaforicamente, as bases concretas de sustentação da identidade nacional. Neste cenário, atribuiu-se objetividade ao patrimônio como de importância simbólica nacional.

No final do século XIX, a noção de progresso alimentou a perspectiva de que o futuro da humanidade se daria de forma promissora, apoiando-se num sentido de evolução para um mundo melhor. Agora, a construção de histórias nacionais para atuar como legado de tempos passados contribuía para o patrimônio nacional ser protegido da destruição, com o intuito de passar às gerações futuras um *sentimento de pertencimento*, o que possibilitou a formulação da noção de conservação do patrimônio ameaçado pela perda ou danificações (GONÇALVES, 1997).

Nas primeiras décadas do século XX, porém, a ideia de progresso foi radicalmente revista, passando-se ao entendimento de que o último século acarretara grandes problemas à humanidade, e o que vinha sendo construído como narrativa conceitual pelos intelectuais modernos não se concretizaria no futuro imaginado.

1.1 A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

O Brasil da década de 1930 foi marcado pela construção de uma ideologia de identidade nacional inspirada na experiência francesa, e as narrativas de excepcionalidade, originalidade e representatividade fizeram-se presentes por conceitos veiculados pelo Estado, a par com as políticas de gestão adotadas no governo Vargas.

A ideia de uma identidade nacional homogênea representava a imagem de um Estado unido, desenvolvido e progressista, preparado para integrar-se ao cenário mundial como novo potencial mercadológico. As narrativas sobre a tradição, em conjunto com a noção de patrimônio, afirmaram-se como parte de um projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, implementado pelo Estado-Novo (FONSECA, 1997).

A política do Estado-Novo buscou determinar o que poderia ser verdadeiramente 'brasileiro', no caso, a identidade e a tradição. Sob essas premissas, foi norteado o conceito de patrimônio como símbolo do nacional, encerrando "valores dos bens culturais a partir dos

critérios estéticos e estilísticos, que representavam os interesses da elite intelectual e, portanto, da classe dominante" (RIBEIRO, 2005, p. 74).

Getúlio Vargas escolheu como tradutores dessa "identidade nacional" alguns intelectuais que possuíam um perfil marcado pelo "Moderno" [4] e progressista, delegando a esse grupo o projeto do que deveria ser o patrimônio representativo da sociedade brasileira. Na gestão de Vargas, pautada por essa construção da identidade nacional, foram eleitas as primeiras práticas de preservação dos bens patrimoniais. Para tanto, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), jurídica e administrativamente organizado pelo Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937.

Maria Cecília Londres Fonseca (1997) aponta três momentos importantes, como definidores da trajetória de ação do IPHAN: "Pedra e Cal" (30-60), "Heroica (60-70)" e "Fase Moderna" (70-80). A autora aponta que os processos decisórios e de eleição que era considerado "patrimônio nacional" em cada fase representavam uma ação que dependia da capacidade da instituição e seus técnicos de discernirem os verdadeiros valores embutidos nos processos, e assim criarem mecanismos institucionais nos quais a sociedade estivesse representada (FONSECA, 1997, p.188). A partir do apontamento de quais seriam os bens a serem preservados, foi decidido que patrimônio representava o Estado.

Sob a direção do jurista Rodrigo Melo Franco de Andrade, a primeira fase chamada de "pedra e cal" foi marcada pela contribuição de intelectuais de diversas áreas, como Lúcio Costa, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Gilberto Freyre, Afonso Arinos de Melo Franco, Prudente de Morais, Manuel Bandeira, Alcides Rocha Miranda, Sérgio Buarque de Holanda, Candido Portinari, entre outros. Este grupo de artistas, poetas, arquitetos, historiadores etc., representantes do período "Moderno", estiveram inseridos num movimento de valorização das raízes brasileiras.

O segundo momento apontado por Fonseca (1995) como "fase heroica" foi marcado pela atuação exemplar dos servidores, intelectuais e profissionais envolvidos no serviço do patrimônio, sua extrema dedicação à *causa* do patrimônio e o caráter pioneiro de suas ações.

A "fase moderna", por fim, culminou na ampliação dos conceitos de patrimônio, incluindo a diversidade cultural brasileira e incorporando as manifestações populares, sob a direção do *designer* Aloísio Magalhães. Segundo Julia Pereira (2009), Aloísio Magalhães assumiu a presidência do IPHAN num cenário de fortalecimento dos movimentos sociais e intelectuais, como o movimento pelos diretos civis, a contracultura nos Estados Unidos, a

[4] O conceito de 'Moderno' (em letra maiúscula) foi utilizado, aqui, como representativo do contexto histórico-cultural do período de 1940 a 1960, e não um adjetivo que representa o 'atual' ou 'contemporâneo'.

"morte" do *sujeito* na filosofia europeia, considerado como de crise da 'Modernidade'.

O programa governamental *Pra Frente Brasil*, implantado ainda no período da ditadura, considerou como fator importante para o desenvolvimento regional a viabilidade do turismo e o incentivo à criação de novas instituições de preservação nos estados. Nesse contexto, em 1979, o IPHAN passou a contar com o apoio da Fundação Nacional Pró-Memória, que ofereceu um papel importante na execução dos recursos financeiros para desenvolver projetos e atuar dentro das novas concepções de patrimônio (MOTTA, 2000).

A instituição participou deste contexto assumindo a viabilidade financeira advinda das atividades vinculadas ao turismo como uma alternativa para a preservação do patrimônio no Brasil. Em entrevista, Aloísio Magalhães afirmou:

> Dinamizar para o turismo é um indicador só. Eu acho que a gente deveria falar muito mais em dinamizar, em usar (o patrimônio cultural) no sentido social: o uso comunitário. E uso é uma coisa muito mais ampla. Se no caso preciso da restauração de um conjunto em Salvador, ele vai ter benefício em relação ao melhor ritmo de turismo, ele tem muito mais quando você verifica o revocacionamento da comunidade em torno daquela área. Você tem outros fatores que são muito mais poderoso, muito mais importantes na definição de uma consciência brasileira sobre bens culturais (MAGALHÃES, 1985 *apud* MOTTA, 2000, p. 63).

Até esse período, segundo Sandra Ribeiro (2005), o Estado buscara construir as bases administrativas no campo do patrimônio através da eleição de profissionais com conhecimento técnico avançado, e as narrativas legais que fundamentaram e conceituaram o que foi eleito como representativo da "identidade nacional" se firmavam pelo único caminho da 'verdade' – o saber técnico constituído.

Alguns autores levantam a questão de um repertório construído a partir desse saber, como José Reginaldo Gonçalves (1997) e Eric Hobsbawm (2002), incluindo, entre outros conceitos, o do patrimônio histórico e artístico nacional. Ainda segundo Ribeiro (2005):

> A legitimidade de arbitrar o que deve ser preservado e como deve ser tratado esse patrimônio tem sido alicerçada no saber e, portanto, no capital cultural do grupo de criadores do IPHAN e daqueles ligados ao grupo. Prevalece o discurso do conhecimento e do saber técnico para definir as ações, que procuram ser justificadas em função da defesa do interesse público, tentando apagar as contradições da própria instituição. A prática institucional está baseada na ideologia tecnocrática, em que as regras técnicas são impostas pelos detentores do saber em detrimento da politização dos indivíduos (RIBEIRO, 2005, p.75).

A posição da autora reflete uma das inquietações presentes na rotina de trabalho atual do IPHAN, herança deixada pelos intelectuais que participaram dos primeiros momentos da instituição. Esta crítica parece pertinente em função da continuidade de ações puramente

‘técnicas’ dentro da instituição, desligadas da atuação de agentes sociais, cuja participação é fundamental nas atribuições de valor do patrimônio a ser preservado.

A partir do final dos anos 1970, com Aloísio Magalhães, essa política baseada essencialmente no saber técnico começava a ser alterada. A atuação do IPHAN buscou compreender a diversidade da cultura brasileira e inserir a sociedade nas suas ações. São exemplos disso os trabalhos realizados junto da Fundação Nacional Pró-Memória, ligada ao IPHAN, que ampliaram a ação da instituição no território brasileiro.

Numa revisão das ações de preservação no Brasil, alguns conceitos e posturas até então adotadas pela instituição foram colocados em questão. Uma delas referia-se à exclusividade do Estado e seus agentes de eleger um bem como patrimônio cultural representativo da “identidade nacional”, que progressivamente deveria dar lugar a um processo de construção e seleção do que se quer preservar em conjunto com a sociedade.

Nessa perspectiva, a “identidade nacional” emprestada da experiência francesa para recontar a origem ‘autêntica’ da nação não faria mais sentido no contexto brasileiro, onde a superação destes conceitos permitiria fazer emergir a sociedade pluralista brasileira, ou seja, uma sociedade heterogênea.

A noção de “patrimônio cultural” passaria a ser prioritariamente entendida como “memória do futuro”, e o presente se torna onipotente e absoluto, criando um universo onde uma ação de destruição geraria o apagamento da memória que representa o objeto destruído. Nesta perspectiva a arquitetura histórica estaria presente, na sua forma física, como “suporte de memória” que remete a tempos futuros, afirmando o elo de sustentabilidade que garantia a perpetuação da memória do objeto patrimonializado. Richard Handler (1985) identifica essa ação como “presentificação”, produzindo passado e o futuro num franco processo presencial.

Muito dessa transformação no âmbito do SPHAN/Pró-Memória, em termos de posturas e conceitos, foi dificultada no período do governo de Fernando Collor de Melo, quando o Ministério da Cultura foi transformado em secretaria vinculada à presidência da república, e a instituição de patrimônio transformada em Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). A lacuna de ações a serem finalizadas ficou aberta, quebrando assim um ciclo de análises sobre os princípios que vinham norteando as ações da instituição federal de patrimônio. As demandas provenientes diretamente da Secretaria eram voltadas à ações pontuais, retirando o poder de execução do IBCP. Portanto, a atuação comprometida no governo Collor refletiria diretamente nos dez anos seguintes da instituição.

Na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, houve uma tentativa de fazer a instituição atuar em conjunto as instâncias governamentais, por meio de associações entre

esferas públicas vinculadas ao patrimônio cultural. Porém, a forma como essa política foi colocada em prática enfraqueceu por completo o ideal de gestão compartilhada do patrimônio cultural pensada pelo IPHAN. A ação buscou atender a interesses ministeriais, e o MinC (restaurado nesse período, junto com o IPHAN) concentrou o poder de definir a aplicação dos recursos advindos do Fundo Nacional de Cultura (FNC), "onde optaram por uma política clientelista, voltados para atender os interesses político-partidários e articulações diretas com prefeituras e secretarias da cultura" (RIBEIRO 2005, p. 73), debilitando o poder de execução, monitoramento e fiscalização do IPHAN.

> A política cultural colocada em prática pelo Ministério da Cultura, na gestão do ministro Francisco Weffort, nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), caracterizada pelo privilégio dispensado aos projetos voltados para a produção cinematográfica e aos grandes eventos de artes plásticas, ficou comprometido por dispor de escassos recursos financeiros para as demais áreas e por dar maior importância à produção cultural de apenas uma parte do país. São exemplos as inúmeras ações sempre apoiadas para divulgar a cultura brasileira no exterior (RIBEIRO 2005, p.72).

Entre 1994 e 2002, o IPHAN dispunha de poucos recursos financeiros, reduzidos ano a ano, e para manter o trabalho de rotina da instituição foi necessário firmar parcerias com os governos estaduais, municipais e a sociedade civil organizada nos moldes definidos pelo Ministério da Cultura (MinC), para a execução de ações isoladas e uma discussão quanto ao mérito e oportunidade das intervenções. Os diferentes momentos e realidades vividas pela instituição, por seus servidores e unidades, têm reflexos no contexto atual, no acúmulo de funções desenvolvidas pelos técnicos em sua rotina de trabalho, terminando por dificultar a articulação entre as ações pretendidas pela instituição federal de patrimônio e os agentes sociais interessados.

O organograma a seguir ilustra o quadro administrativo do IPHAN no ano de 2010, com suas unidades e administração central:

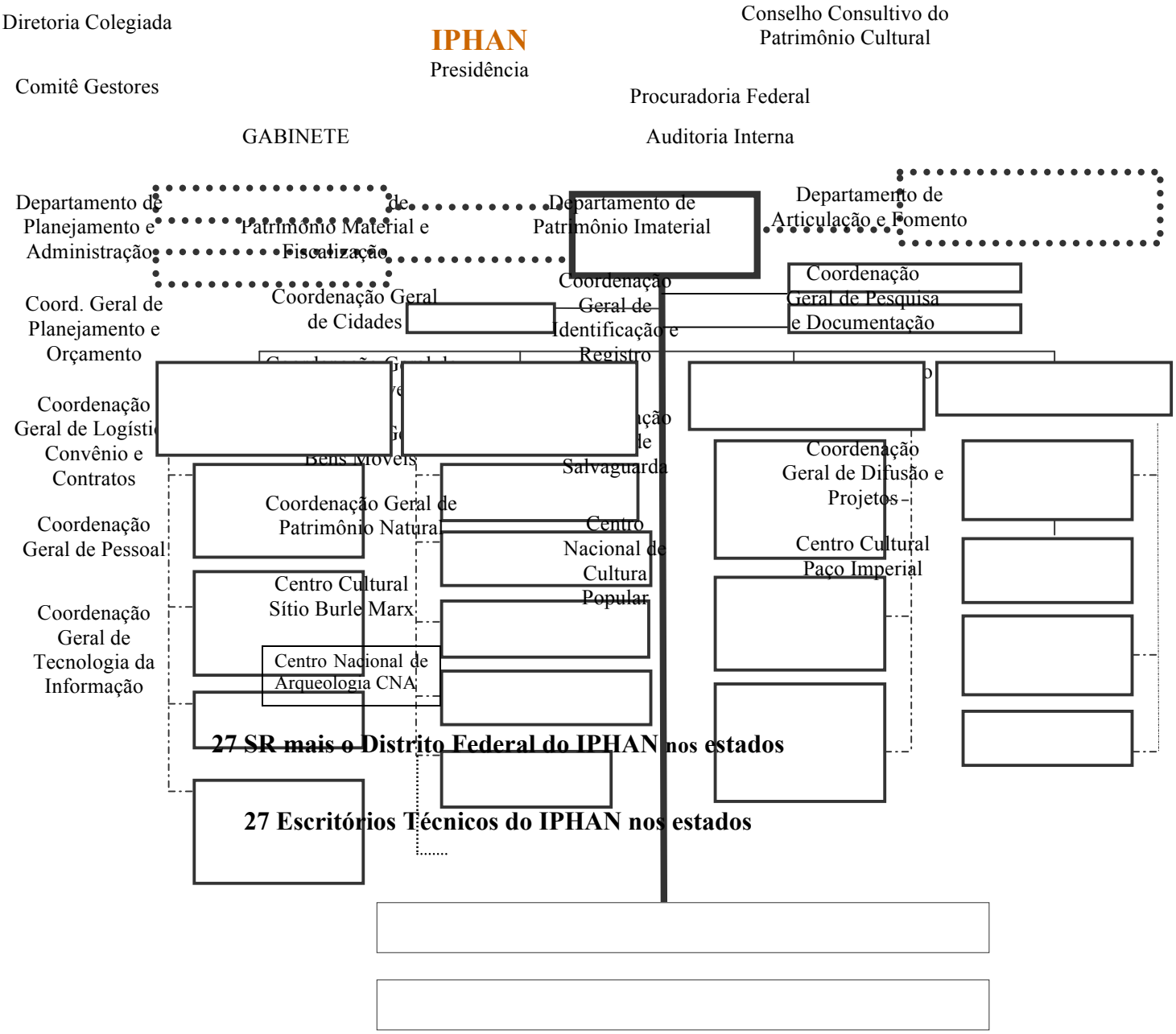


FIGURA 01 – Organograma do IPHAN
Fonte: IPHAN, 2010.

1.2 INSTRUMENTOS LEGAIS E INVENTÁRIOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A Constituição Federal de 1934 estabelecera como princípio a função social da propriedade, possibilitando o desenvolvimento de ações jurídicas voltadas ao cunho social no campo do urbanismo, da preservação e etc. Com a Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Em seguida, o Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, instituindo o tombamento e outras atribuições da instituição. Ampliou-se, assim, a definição de propriedade para um composto dicotômico de natureza privada e pública.

O tombamento é o primeiro e mais importante instrumento para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, e visa assumir um processo de atribuição de valores

culturalmente identificáveis sobre o contexto histórico, político, econômico e social que se pretende preservar (PEREIRA, 2009, p. 369). Sobre o tombamento, Sônia Rabello (2009, p. 64) aponta:

> O tombamento de bens reveste-se de aspectos jurídicos complexos, além de não prescindir de estudos técnicos aprofundados relacionados com o sentido e a compreensão do que seja valor cultural. Daí porque, independentemente de previsão legal, são elaborados estudos técnicos que embasam a decisão do Conselho Consultivo. O Decreto-Lei não faz menção a estes estudos, fato este que não os torna obrigatório. Entretanto, eles se impõem, não por força da letra da lei, mas para esclarecer a motivação do ato administrativo, explicitando a relação entre a escolha de determinado bem e o interesse público de conservá-lo.

Para o tombamento de um bem cultural em âmbito nacional, atualmente, o IPHAN abre um processo administrativo, constituído de pareceres técnicos, memorandos, laudos de vistorias, fotografias, documentação iconográfica, dentre outros documentos relacionados ao objeto proposto, visando subsidiar a decisão do seu Conselho Consultivo.[5]

Como sintetizou Márcia Sant'Anna (2004), o tombamento esteve vinculado, como instrumento de preservação, à face 'imaterial' da propriedade, onde estão concentrados os valores que a ligam à coletividade. O tombamento é, assim, um instrumento legal cuja aplicação justifica-se e legitima-se por meio do valor representativo, histórico que determinado bem cultural tem para o público, o coletivo, ao mesmo tempo em que opera na sua face privada ou 'material'. Os efeitos desse dispositivo legal, assim, rebatem na materialidade do bem cultural, afetando inclusive o valor econômico da propriedade.

Portanto, o tombamento pode impor certas restrições quanto ao uso e dificultar determinadas transformações nos imóveis tombados, afetando o valor econômico de bens privados e ocasionando situações em que seus proprietários se sentem lesados por possuírem um bem a que foi atribuído valor de patrimônio cultural. No caso de haver a necessidade de alterações no imóvel tombado, um projeto de reforma deve ser apresentado à instituição de patrimônio, indicando as modificações pretendidas para se obter a autorização de execução da obra.

Os primeiros bens inscritos nos *Livros do Tombo* do SPHAN, nos anos seguintes a 1937, constituíam-se de apenas registro fotográfico, planta baixa e fachada que auxiliava a instrução do tombamento. A ausência de informações detalhadas sobre os bens tombados gerou grandes dificuldades de gestão. Por exemplo, alguns bens não possuem as poligonais de proteção definidas, e outros não possuem registro detalhado de suas características arquitetônicas ou das transformações que ocorreram ao longo do tempo. Nos primeiros anos

[5] Conforme previsto no Decreto-Lei 25/1937, o Conselho Consultivo do SPHAN (atual IPHAN) é o órgão competente para a decisão do ato de tombamento (PEREIRA, 2009, p. 378).

da preservação no Brasil, portanto, não foi adotada a sistematização de inventários como instrumento de preservação.

Uma mudança de orientação iniciada nas décadas de 1970 e 1980 encontrou a instituição federal despreparada para valorar, proteger e justificar sua atuação frente a novos tipos de propostas, ou seja, a ampliação do conceito de patrimônio. Assim, o meio usado pela instituição para congregar os saberes existentes foi a realização de inventários de conhecimento, através do que se acreditava ser o início de uma sistematização dos diversos bens remanescentes no país (FONSECA, 1997).

Muitos dos técnicos e profissionais que tiveram sua trajetória ligada à preservação e conservação do patrimônio, em suas diferentes naturezas, apontavam a necessidade de um trabalho minucioso de inventário da arquitetura histórica. Como foi o caso de Lucio Costa, para quem

> (...) o inventário significava o registro das informações sobre determinado bem no Arquivo Central, que por isso dispõe de um variado panorama fotográfico de arte popular e arquitetura vernacular ainda existentes nos anos iniciais do SPHAN (PESSÔA, 1999, p. 17).

No caso da proteção dos conjuntos urbanos tombados, os inventários seriam encarados como instrumentos de análise e histórico das cidades. A sistematização dos bens tombados seria a base para as normativas aplicadas e revisadas de tempos em tempos, facilitando o próprio monitoramento pela instituição.

Porém, a concentração de esforços para desenvolver os inventários dos bens imóveis desencadeou consequentes atrasos nas outras demandas rotineiras da instituição, estagnando as ações preservacionistas, na comparação à dinâmica das cidades em modificação (MOTTA, 2000).

O quadro técnico do IPHAN sempre foi marcado por um número reduzido de profissionais, o que refletiu na sistematização dos inventários. Os métodos para se realizar os inventários foram desenvolvidos de acordo com a rotina de trabalho dos técnicos, resultando em processos muitas vezes pontuais, o que também dificultou a aplicação de metodologias em âmbito nacional.

Neste sentido, a utilização dos inventários e sua constante atualização seria um passo importante, mas não garantiria, por si só, a proteção dos bens tombados, ainda que respondesse a anseios da sociedade. Representou, entretanto, um momento importante para a criação de normativas, atendendo a demandas que seriam, posteriormente, reafirmadas na Constituição Federal de 1988.

Um olhar mais amplo sobre a cultura, com a participação da comunidade, ganhava

força no mesmo período em que os inventários estavam sendo propostos, usando o território como um laboratório de experimentos, ao mesmo tempo em que se buscava entender como a sociedade via o trabalho da instituição (MOTTA, 1987).

Com a proposta do *Inventário de Bens Culturais* (IBC), em 1973, a problemática sobre a falta de inventários de bens patrimoniais começou a ser tratada, uma vez que o inventário seria pensado e adotado como um instrumento de conhecimento e identificação do objeto patrimonial.

Conforme mencionado, a nova Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, *caput*, reafirmaria o inventário como prerrogativa para a compreensão apurada dos bens culturais – imóveis, inclusive – faltando, porém, a sua regulamentação pelos legisladores brasileiros e gestores do patrimônio cultural.

> Art. 216: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> **I** - as formas de expressão;
> **II** - os modos de criar, fazer e viver;
> **III** - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> **IV** - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> **V** - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
> §1º O poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por *meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação*. (Grifos nossos)

A experiência piloto do *Inventário de Bens Culturais* (IBC) evidenciou a necessidade de diferentes tipos de inventários para patrimônios de naturezas distintas, partindo da elaboração e (re)alimentação constante de um banco de dados do patrimônio com documentos e informação que comprovassem a autenticidade da preservação dos objeto inscritos nos *Livros do Tombo*.

Resultado da experiência do seminário realizado em Ouro Preto (1989),[6] o *Inventário Nacional de Bens Imóveis* (INBI)[7] proposto pela Coordenadoria de Registro e Documentação da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), segundo Márcia Sant'Anna, "representou uma forma encontrada para instrumentalizar a instituição com os dados necessários para o desenvolvimento de ações globais, além da definição de normas e critérios para o apoio à rotina de análise e aprovação de intervenções em áreas tombadas" (SANT'ANNA, 2004, p. 46). Desenvolvida mais sistematicamente em Minas Gerais, essa experiência não chegou a ser

[6] Seminário realizado pelo IPHAN no auditório da Universidade Federal de Ouro Preto, em Minas Gerais (UFOP), cujos resultados foram publicados, posteriormente, no livro *Inventário Nacional de Bens Imóveis Sítios Urbanos Tombados – Manual de Preenchimento*. Brasília: Senado Federal, **data**, vol. 82.
[7] Ver quadro de instrumentos criados pelos programas e/ou períodos.

implantada em todo o Brasil, e só recentemente foram retomados os esforços nesse sentido, pelo próprio IPHAN e no âmbito do *Programa Monumenta*[8].

Procurava-se inaugurar, com os inventários, uma trajetória de instrumentos que auxiliassem na dinâmica de trabalho da preservação, com bases comuns a todas as instâncias preservacionistas reduzindo as distâncias entre as esferas públicas federal, estadual e municipal, no que dissesse respeito à manutenção e fiscalização dos bens tombados.

A expectativa era de que a aplicação desses instrumentos amenizasse os conflitos entre técnicos do IPHAN e a sociedade, sobretudo os proprietários de imóveis tombados,[9] com os projetos sendo discutidos a partir dos valores referentes ao objeto patrimonial descritos nos documentos de inventário. Porém, os profissionais envolvidos com o campo do patrimônio precisavam se aprimorar diante dos desafios da preservação, pois a aplicação de conceitos era concomitante às experiências e ações empreendidas. Como as práticas de preservação ocorriam, e ainda ocorrem, em conjunto com os processos de patrimonialização, as análises imediatas acabavam por ficar comprometidas.

O desconforto por parte da sociedade face às restrições impostas pelo tombamento não seria totalmente sanado, pois o processo envolve a interferência direta na propriedade privada. O conflito de interesses existirá sempre, mas o inventário permite ao IPHAN, ou qualquer instituição voltada à preservação do patrimônio, uma base mais segura de informações técnicas para agir e legitimar sua atuação. Entretanto, as discussões em torno do INBI levariam a uma ampliação na forma de se realizar os inventários e à compreensão de que os inventários não poderiam ignorar as características especificas da natureza dos bens culturais, o que resultou na criação do *Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados* (INBI-SU), em 1994.

O material produzido pelo INBI-SU contribuiria para o aprimoramento do conjunto de informações referentes aos sítios urbanos e às características dos bens tombados. O IPHAN selecionaria, como objetos de trabalho para o INBI-SU, 65 sítios urbanos tombados durante

[8] O *Monumenta* foi apresentado "como um programa estratégico do Ministério da Cultura. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Sua proposta é de agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto. Além de atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos." Disponível em www.monumenta.gov.br/site/?page_id=164, acesso em: 12/10/2010.

[9] O trabalho de fiscalização dos bens tombados desenvolvido pelo IPHAN sempre foi marcado por uma forte resistência dos proprietários dos imóveis. A forma como os técnicos notificam ou instruem sobre a conservação dos edifícios tombados pode se transformar numa frustração para os proprietários, conforme aponta Lia Motta, pois os argumentos para justificar a preservação do seu patrimônio cultural acabam não sendo compreendidos (MOTTA, 1987).

os 60 primeiros anos de atuação da instituição. A metodologia utilizada previa que o inventário fosse periodicamente realimentado de informações a cada novo tombamento e se necessário, pudesse rever bases concretizadas dos registros anteriores, entendendo com isso a constante atualização de diretrizes.

Em 1994, o material do inventário começou a ser disponibilizado às cidades, mas os volumes não foram publicados, o que somente ocorreria a partir de 2000. A proposta de desenvolver uma atualização periódica do material não se concretizou face ao quadro diminuto de técnicos nos departamentos e unidades do IPHAN.

Em 1999, com base nas reflexões realizadas sobre o material do inventário, um Grupo de Trabalho (GT/Iphan), estabelecido a partir de um acordo entre o Ministério da Cultura e a UNESCO, reuniu uma equipe subordinada à presidência do IPHAN para coordenar as ações do órgão no âmbito do *Programa Monumenta*,[10] articulando a Unidade Central de Gerenciamento (UCG) do MinC com diversos segmentos do IPHAN.

De acordo com Romeu Duarte Junior (2010, p. 58), "o Programa Monumenta foi conceituado como instância autônoma e externa ao IPHAN, atuando crítica e propositivamente quanto à atuação deste órgão, e aliada a outros parceiros para a consecução dos seus objetivos". A realização de inventários de conhecimento [11] era uma das ações previstas pelo *Monumenta*.

Os inventários têm um papel importante no processo de preservação como fonte de informação e identificação dos valores atribuídos aos bens que se quer preservar, porém, cabe ressaltar que a dinâmica de trabalho da instituição se fundamenta na submissão dos processos de tombamentos ao Conselho Consultivo do IPHAN. Em última instância, a proteção é conferida pelos membros do Conselho, que garante respaldo legal à União para trabalhar em prol da preservação do bem cultural, conforme o Decreto 25/1937 que instituiu o instituto do tombamento, cuja homologação é reservada ao ministro da cultura. Contudo, esta disposição parece responder, sobretudo, à organização administrativa do órgão, e os inventários

[10] Em 1995, o IPHAN elaborou uma Carta-Consulta ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para formatar o programa de preservação do patrimônio cultural, intitulado *Programa Monumenta*. Em 1997, foi criada a Unidade Central de Gerenciamento (UCG), vinculada ao Ministério da Cultura, e redefinida a participação do IPHAN no *Monumenta*. O Acordo de Cooperação Técnica entre o MinC e a UNESCO, para a execução do programa, foi firmado em 1998. E o Grupo de Trabalho (GT/Iphan) para coordenar as ações do órgão no âmbito do programa seria criado em 1999.

[11] Sobre os inventários no campo do patrimônio, são considerados dois momentos de desenvolvimento: ao primeiro, estão relacionados os 'inventários de varredura' ou 'inventários de conhecimento', que subsidiam os estudos para tombamento; ao segundo, aos inventários realizados depois do tombamento, como instrumento complementar de gestão e preservação, conforme relacionado no *Quadro 03*.

continuam sendo instrumento de grande importância para o conhecimento e preservação desses bens culturais.

Após a experiência do INBI-SU, a instituição demoraria 14 anos para propor outro instrumento de inventário para imóveis tombados – o *Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão* (SICG), apresentado em 2008 –, o que nos permite supor que essa experiência de inventário tenha sido bem acolhida na instituição, não havendo a sobreposição de outro instrumento no período.

É importante assinalar, entretanto, que a indefinição de normas e formas de gestão compartilhada para o patrimônio cultural, no caso dos bens imóveis, acaba por criar um problema administrativo, pois o tombamento traz para a gestão pública as limitações de propriedade "impostas verticalmente pelo Poder Público, com o fundamento no interesse público e, como tais, cada uma das três esferas do governo tem competência para impô-lo" (RABELLO, 2009, p. 30).

Neste sentido, ao invés de uma somatória de ações, em muitos casos ocorre uma sobreposição delas, resultando em informações que não transitam entre as esferas, e continuam não contribuindo para uma gestão continuada dos bens a serem preservados.

Ainda assim, os inventários reúnem um número significativo de informações sobre os bens culturais a serem preservados. Cabe entender, de forma correlata, sua relação com os programas de incentivo e financiamento que viabilizam as ações de proteção e preservação desse patrimônio.

1.3 PROGRAMAS DE INCENTIVO E INSTRUMENTOS DE GESTÃO

As demandas financeiras são delegadas pelo MinC ao IPHAN para a execução das ações em prol da preservação do patrimônio, motivo pelo qual a instituição alinha seus planos de ação de acordo com os investimentos e programas de incentivo oriundos ou do governo federal ou de parceiras com outras instituições.

Em três momentos de criação dos instrumentos de gestão referentes a ações preservacionistas no Brasil, identificados por Márcia Sant'Anna (1995), percebemos o entrelaçamento com programas de incentivo do período:

- Uma primeira fase, de 1937 a 1970, relaciona-se a parcerias entre os órgãos públicos e privados, em função da necessidade da criação de uma mão-de-obra qualificada de técnicos para trabalhar no campo do patrimônio, sendo capacitados para estabelecer práticas de intervenção para os sítios ou conjuntos tombados.

- Uma segunda fase, correspondente a 1970-1980, foi marcada pelo *Programa das Cidades Históricas* (PCH), e representou uma série de ações voltadas à preservação dos sítios urbanos, privilegiando-se a ideia de viabilidade econômica ligada ao turismo, partindo de uma premissa de 'embelezamento' dos centros urbanos.
- Uma terceira fase, denominada 'cidade-documento', desenvolveu-se de 1980 a 1990, com propostas elaboradas a partir de questões que já vinham sendo discutidas na década de 1970, como a requalificação de edifícios para novos usos, mantendo suas características históricas.

Sobre os programas de incentivo, o *Programa das Cidades Históricas* (PCH), criado na década de 1970, é apontado por Márcia Sant'Anna (1995) como a primeira fase de instrumentalização do SPHAN na preservação dos sítios históricos tombados. O PCH fora criado em meio a um cenário de crise do modelo brasileiro de gestão dos centros urbanos, que começavam a sofrer o processo de vandalismo e esvaziamento devido ao crescimento e aceleração da industrialização, principalmente nas grandes capitais.[12] Esse cenário de crise se estendia ao modelo adotado para gerenciar as áreas tombadas.

O PCH viabilizou ações de gestão para a requalificação de sítios históricos urbanos, que resultaram num processo denominado por alguns autores como de *gentrification*, em que o patrimônio cultural passou a ser objeto de políticas urbanas destinadas a "torná-lo passível de reapropriação por parte da população e do capital" (LEITE, 2007, p. 61). A região Nordeste foi a que recebeu maior atenção no período, com a recuperação do seu patrimônio cultural a partir dessa política.

O modelo de gestão dos conjuntos históricos apresentados pelo PCH revelou-se, ainda, um caminho para o IPHAN dar início a sucessivos programas de incentivo, instrumentos de gestão e estudos de tombamento. E embora não fosse um dos objetivos iniciais do programa, o PCH possibilitou a criação do embrião de um sistema nacional de preservação, que se configurou como uma primeira iniciativa de integração do sistema de gestão federal com o apoio técnico e financeiro dos órgãos estaduais e municipais para execução das ações de preservação (SANT'ANNA, 2004).

De acordo com Márcia Sant'Anna (2004), o conceito de um sistema nacional de preservação pensado no âmbito do PCH foi uma proposta de fundamental importância para o IPHAN no decorrer dos anos, ainda que não fosse possível implementá-lo na época, por

[12] Nas grandes metrópoles brasileiras, as indústrias se instalaram nas periferias, por serem áreas sem ocupação, resultando na movimentação dos centros administrativos para estas áreas. Um exemplo marcante foi o esvaziamento do centro urbano de São Paulo na década de 1970, e a migração econômica para os polos industriais do *Grande ABC* paulista – Santo André, São Bernardo e São Caetano (MOTTA,1987).

questões relacionadas a qualidade da mão de obra escassa, entre outros contratempos. Atualmente, o IPHAN retomou este conceito na forma do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC), que será objeto de análise deste estudo, mais adiante.

Para dar continuidade ao histórico de ações relacionadas aos programas de incentivo e instrumentos de gestão, é necessário abordar o período difícil atravessado pela instituição federal de patrimônio no governo do presidente Fernando Collor de Melo. O resultado da política de repasse orçamentário vigente no período culminou numa crise em todas as esferas do governo federal, configurando-se num momento administrativo frágil no país, agravado pelos cortes de verbas e por um modelo de gestão pública indesejado (RIBEIRO, 2005).

Um dos reflexos da política de governo do período Collor foi a transformação do MinC numa secretaria ligada diretamente à presidência da república e a substituição do órgãos federais de patrimônio, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Fundação Nacional *pró*Memória (SPHAN/*pró-memória*), pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBCP). Como resultado, as ações articuladas e pensadas pelas instituições foram interrompidas, havendo uma demissão em massa dos técnicos especializados no campo do patrimônio cultural.

O órgão responsável pelo patrimônio retomaria suas atividades como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1994, priorizando a necessidade de um balanço dos trabalhos desenvolvidos até então. Para a retomada dos serviços seria necessário um embasamento técnico e instrumental capaz de relacionar o aproveitamento econômico do patrimônio e garantir a sustentabilidade das ações realizadas pela instituição (SANT'ANNA, 1995).

No entanto, é significativa a falta de publicações sobre as políticas governamentais do período. Os poucos trabalhos existentes tratam da temática entre 1994 e 2003, faltando uma publicação que ofereça uma perspectiva das práticas de preservação nos últimos vinte anos, tal como os trabalhos realizados por José Reginaldo Gonçalves (1997), Maria Cecília Londres Fonseca (1997), Márcia Sant'Anna (1995) e Márcia Chuva (1995), para períodos anteriores.

A prática institucional de realizar ações de preservação e conservação a partir de programas federais de incentivo foi restaurada depois do governo Collor, e atualmente se constitui como uma linha de ação realizada pelo IPHAN.

Os projetos relacionados aos programas federais de financiamento, entretanto, não resultaram numa reavaliação e atualização dos estudos de tombamento, pautando-se pelas metas de gestão das políticas de governo vigentes, não relacionando diretrizes para futuras estratégias de gestão governamental.

Um contraponto possível, talvez, seja a proposta de *Tombamento em Rede*, a ser analisada enquanto conceito construído pelo IPHAN e exemplo de iniciativa ligada às práticas atuais de preservação e gestão do patrimônio cultural.

1.4 NOVAS AÇÕES PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL

O *Programa Monumenta*, criado em 1995, com suporte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o apoio da UNESCO, tinha o objetivo de gerenciar recursos para o financiamento das atividades de conservação dos imóveis tombados, com a proposta de facilitar os futuros aportes de recursos públicos para a preservação desses bens culturais (BRASIL, 2009).

Em 2003, no início da gestão do governo Lula, buscou-se aproximar o *Monumenta* dos programas nacionais de desenvolvimento como estratégia para se evitar a pulverização dos esforços realizados até então. Entre as ações propostas naquele momento, estava o estimulo aos estados e municípios para garantirem sua sustentabilidade.

Em 2006, o coordenador-nacional do *Monumenta*, o arquiteto Luiz Fernando Almeida, foi nomeado também presidente do IPHAN, o que resultaria na incorporação de parte da estrutura administrativa do programa pela instituição, dando início a uma discussão sobre a absorção dos suportes conceituais e gerenciais elaborados pelo programa à estrutura de atuação do órgão de Estado.

Com o encerramento do contrato de suporte financeiro com o BID, em 2009, a instituição utilizou as experiências do *Programa Monumenta* para formatar o PAC Cidades Históricas – versão do Programa de Aceleração do Crescimento, voltado a uma política de preservação das cidades históricas –, e o atual Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC).[13]

O Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC Cidades Históricas), proposto pelo Governo Federal teve como objetivo envolver todos os agentes intergovernamentais, fazendo parte das prioridades elencadas pela Casa Civil da Presidência da República, sob a coordenação do Ministério da Cultura (MinC), por meio do IPHAN (BRASIL, 2009).

O Plano de Ação das Cidades Históricas (PACH), parte integrante do PAC Cidades Históricas, resultaria em ações pactuadas entre o IPHAN e os governos estaduais e municipais, efetivadas através de um instrumental voltado à execução compartilhada. Com

[13] Disponível em www.iphan.gov.br, acesso em 14/02/2011.

isso, o PACH firmaria dois acordos que definiram os termos e condições necessárias para a programação do PAC Cidades Históricas (BRASIL, 2009). Os acordos de Cooperação Técnica (ACT) e de Preservação do Patrimônio Cultural (APPC) foram os instrumentos através dos quais deveriam se iniciar novas ações nas cidades com bens tombados ou em processo de tombamento (SUTTI, 2010).

As atuações do PACH e do SNPC estariam relacionadas, pois tanto o plano quanto o sistema propõem formas de viabilização de recursos, normatização da gestão do patrimônio cultural e organização transversal dos órgãos públicos como metas a serem adotadas pelo IPHAN para diminuir as dificuldades da gestão a ser compartilhada entre as esferas públicas.

A publicação *Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania, Brasil* (IPHAN/MinC, 2009) resume a proposta de gestão e estratégia do PACH, com base na integração das três esferas públicas (federal, estadual e municipal) na gestão do patrimônio nacional. E ainda, a proposta de transversalidade entre os ministérios da Cultura, das Cidades, da Educação e do Turismo, além das agências financiadores, como BNDES e Caixa Econômica Federal, com o objetivo de proporcionar ações integradas de planejamento. A transversalidade proposta na publicação do IPHAN/MinC (2009) viabilizaria o trabalho das instituições públicas, como forma de avançar em relação a políticas anteriores, construindo um aspecto inovador de integração das esferas de preservação no Brasil.

Uma das condições estabelecidas pelo PACH foi a criação de um espaço de interlocução que deveria integrar a agenda permanente do governo, incluindo reuniões bienais para alinhar propostas e diretrizes sobre o patrimônio, no sentido de garantir a continuidade das ações em curso. Entretanto, o PACH era, então, um programa em processo de construção e o IPHAN optou por trabalhar novas propostas de tombamento como forma de deflagrar o processo de preservação e gestão de bens patrimoniais ainda não protegidos, fomentando, assim, novas participações no contexto do programa. Uma nova política de tombamento – o *Tombamento em Rede* – proposta no lançamento do PAC Cidades Históricas, acabou sendo apropriada pelo programa, embora tivesse uma trajetória própria, à parte, dentro do IPHAN. A proposta de *Tombamento em Rede* começou a ser construída em 2008, pelo Depam/IPHAN. Até o momento desta pesquisa, entretanto, não foi estruturado um conceito mais definido sobre o tema. Em cada localidade onde a ideia foi utilizada como proposta para se desenvolver um estudo de tombamento, as definições foram diferentes; ora embasada nos caminhos históricos, ora em diferentes ações relacionadas ao mesmo território. Exemplos dessa utilização são os dossiês de tombamento das cidades do interior do Piauí, do Vale do Ribeira, em São Paulo, e de Areia, na Paraíba.

O PAC Cidades Históricas se configurou como programa governamental previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que orienta a elaboração do orçamento fiscal e garante seguridade ao poder público federal – incluindo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e as empresas públicas e autarquias – para aplicar a Lei Orçamentária Anual (LOA), que contém as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidos no Plano Plurianual. O programa federal teve início com o convite do IPHAN às esferas públicas municipais e estaduais para compartilhar a gestão do patrimônio cultural, colocando em prática os princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, reiterados pelo SNPC.

Por sua vez, o Plano de Ação das Cidades Históricas (PACH) se relaciona com a dinâmica interna do IPHAN para assegurar continuidade à instrumentalização das ações de preservação do patrimônio cultural. O plano de ação conta com recursos oriundos da Lei de Incentivo à Cultura (Lei 8.313/91) e do Fundo Nacional de Cultura, acionados via convênios firmados entre o IPHAN e as esferas estaduais e municipais, para as ações de preservação propostas. Para viabilizar a gestão compartilhada do patrimônio cultural entre as esferas federal, estadual e municipal, o IPHAN tem priorizado as ações pactuadas a partir de instrumentos legais, tais como os convênios, tornando viável o direcionamento de recursos federais para as demais esferas governamentais.

Estados, municípios e o Distrito Federal manifestaram interesse em aderir ao PACH através da chamada pública de 25 de maio de 2009, tendo sido convidados a participar da *Primeira Oficina de Capacitação sobre Planos de Ação para as Cidades Históricas*[14]. A oficina teve o objetivo capacitar os representantes dos estados e municípios com patrimônio cultural reconhecido, ou em fase de reconhecimento, para o processo de elaboração dos seus planos de ação.

> Atualmente fazem parte do programa, 173 cidades históricas brasileiras que aderiram à Chamada Pública, (...), em que o Iphan convidou os municípios e governos estaduais a firmarem um Termo de Compromisso para a elaboração conjunta do Plano de Ação para a Cidade Histórica. (SUTTI, 2010)

O processo de elaboração do PACH passava pelas etapas de levantamento de dados e diagnósticos locais; definição de objetivo geral; delimitação da área de atuação do plano de ação e definição dos objetivos específicos; priorização e proposição de ações a serem executadas ao longo de três anos, com o propósito de consolidar o Acordo de Preservação do Patrimônio Cultural (APPC). Comparando o número de superintendências e escritórios técnicos do IPHAN (totalizando 67 unidades, em 54 cidades), é notável o volume de trabalho

[14] Oficina realizada na sede do IPHAN, em Brasília-DF, em maio de 2009.

dos técnicos da instituição para realizar as contratações e convênios previstos pelo novo programa, somado às ações não previstas no PACH, mas já executadas pelo órgão, como a fiscalização dos conjuntos tombados, entre muitas outras.

No caso do PACH, os técnicos do IPHAN deveriam participar do processo como gestores do plano de ação, ficando à cargo das esferas municipais e estaduais a elaboração dos projetos e convênios. No entanto, as prefeituras não possuíam, muitas vezes, servidores qualificados para desenvolver as ações voltadas ao planejamento estratégico e preservação do patrimônio cultural, exigindo a participação dos técnicos do IPHAN nesta tarefa.

No Piauí, a implantação do PACH nos 4 municípios que responderam à chamada pública demandou muito esforço do IPHAN/PI em acionar os prefeitos, concretizar os projetos e cumprir os prazos estabelecidos. As prefeituras não conseguiram se articular de forma satisfatória para receber o investimento proposto em 2010, e a ausência de bons projetos, as dificuldades em manusear o Sistema de Convênios (SICONV) [15] e a situação de inadimplência, aliados ao período eleitoral, impossibilitaram a concretização do plano naquele ano.

No contexto das ações de preservação empreendidas pelo IPHAN/MinC, foi relevante a experiência do *I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural* (FNPC), ocorrido em dezembro de 2009, como resultado do esforço empreendido pela instituição, desde 2007, para a construção do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC), buscando coordenar diversas ações e esferas de gestão em patrimônio cultural.

No *Fórum*, tiveram lugar diversas mesas de discussão sobre temas relacionados ao patrimônio cultural, cabendo destacar, neste estudo, a discussão da política nacional referente aos sítios urbanos, realizada nas mesas redondas dos dias 14 e 15 de dezembro de 2009. Pretende-se apontar, aqui, uma articulação entre a discussão ocorrida no espaço do *Fórum* e as atribuições e necessidades apontadas pelas políticas públicas que integram o PACH no Piauí, bem como as ações do IPHAN referentes à Parnaíba/PI.

A discussão em questão foi coordenada por Yole Milani Medeiros (Coordenação-Geral de Cidades Históricas do Depam/IPHAN), e teve como relator o professor Flávio Lemos Carsalade (Escola Arquitetura da UFMG). Foram identificados dois blocos temáticos a serem sistematizados: a integração e a metodologia a serem adotadas nos sítios urbanos tombados.

[15] O SICONV foi criado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e tem como uma de suas finalidades facilitar a apresentação de projetos aos programas oferecidos pelo Governo Federal (SINCOV, 2011).

Cabe aqui levantar duas questões. No primeiro bloco de discussão das mesas, sobre a integração do patrimônio, foi colocado em questão se as ações deveriam pautar-se por metas ou programas intersetoriais, se elas seriam implantadas em âmbito locais ou regional, e como integrar esferas e programas governamentais (BRASIL, 2009). No segundo bloco, sobre a metodologia e conceitos, as discussões abordaram as diferenças entre os diversos campos de atuação e setores governamentais envolvidos, e se colocou em questão quais dados deveriam ser trabalhados e sua forma de manipulação, tendo em vista que os temas eram de grande abrangência e passíveis de diferentes interpretações.

Sobre a integração das políticas governamentais, ficou evidenciado o problema da transversalidade das ações entre as entidades públicas. Carsalade relatou que a visão mais abrangente e integrada das políticas poderia ajudar na definição do 'reuso' adequado aos edifícios históricos degradados, e assim favorecer a integração de investimentos através das alternativas mais adequadas às potencialidades locais.[16] Porém, o relator assinalou, também, a dificuldade de se consolidar ações de transversalidade dentro dos órgãos federais, uma vez que na distribuição e organização dos ministérios não existe uma complementaridade de ações, cada ministério ficando restrito à sua própria diligência (BRASIL, 2009, p. 79).

Sobre a integração das políticas nacionais relatadas no *I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural*[17], foi destacado, também, o problema do esvaziamento dos centros históricos, resultante de fenômenos econômicos e sociais, e que deixou como herança a substituição das moradias pelas atividades relacionadas ao turismo em algumas cidades, como resultado do *Programa das Cidades Históricas* (1970-1980). Rogério Leite (2007) já havia apontado os desafios a serem superados pela gestão do patrimônio nos sítios históricos, neste cenário:

> As formas de uso situam a problemática dos significados do patrimônio num ponto que, a meu ver, é central para atual debate sobre o esvaziamento (ou não) do espaço público em áreas de "revitalização" do patrimônio. A transformação destes espaços em áreas de lazer e consumo altera não apenas a lógica da intervenção destes lugares como também as relações de usos que seus usuários estabelecem com essas re-localizações da tradição (PROENÇA, 2007, p. 216).

Um dos aspectos mais importantes elencados na relatoria de Flávio Carsalade sobre o *I FNPC* é a necessidade da "política de governo" se tornar uma "política de estado", evitando os choques de troca de diretrizes no momento de conclusão das grandes ações

[16] Flávio L. Carsalade apresentou, como exemplo, o projeto elaborado pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano em Cachoeira/BA, que apresentou como uma possibilidade de 'reuso' das estruturas existentes na cidade para a implantação do *campus* universitário, que recebeu seis cursos de graduação, representando um exemplo de aplicação e difusão das políticas de preservação em áreas degradadas.

[17] Fórum realizado pelo Ministério da Cultura em Ouro Preto, 2009.

preservacionistas nos municípios e, consecutivamente, nos sítios históricos (BRASIL, 2009, p.79).

Por meio desta política, a implementação das ações exigiria dos próprios dirigentes públicos uma (re)elaboração das campanhas eleitorais e valorização dos discursos de convencimento, de modo a garantir que a continuidade de iniciativas em todas as áreas, e não somente no campo do patrimônio. Contudo, essa inflexão parece muito difícil de ser realizada.

Ao que parece, as soluções específicas para cada sítio histórico e ações mitigadoras paralelas à dinâmica institucional continuam sendo importantes em termos de gestão dos sítios urbanos, embora a dinâmica entre esferas públicas para a conservação do patrimônio não consiga se efetivar nos *planos de ação* do IPHAN, por serem ações muitas vezes pontuais e voltadas a situações emergenciais. Se os *planos de ação* hoje realizados pelas superintendências do IPHAN fossem realizados pelos órgãos municipais, e a instituição federal ficasse responsável pelo gerenciamento das políticas, talvez fosse possível se chegar a uma continuidade e ao nivelamento de ações nas áreas protegidas. Neste sentido, poderia ser possível se desenhar uma sequência em cadeia funcional, conforme proposto no plano transversal do *Sistema Nacional do Patrimônio Cultural*.

Criar diretrizes que consigam abarcar problemáticas de grandes e pequenas escalas territoriais, como bases para uma política nacional, remete a antigas posturas assumidas pelo IPHAN, que acabaram por redundar em ações pontuais, deixando de fora grande parte dos municípios com acervos tombados (BRASIL, 2009). Como grande parte das cidades não possui capacidade de gestão integrada, não conseguindo incorporar-se ao novo *Sistema* de gestão proposto pelo IPHAN, as ações políticas permanecem como requisito para que os municípios participem das tomadas de decisão do governo. Uma mudança da política da cultura, envolvendo as esferas públicas, poderia favorecer o papel das superintendências do IPHAN em seus territórios no sentido de se efetivar uma gestão compartilhada. Entretanto, a iniciativa precisaria ser compartilhada pelas demais esferas públicas, e não apenas partir dos agentes públicos federais.

Talvez a inovação dos instrumentos de preservação ajudasse no reconhecimento de territórios pouco assistidos pela política de patrimônio nacional, mas caberia explorar os conceitos e perspectivas adotados por esses instrumentos, e sua aplicabilidade na escala nacional. Caberia, ainda, conhecer as experiências empíricas para se avaliar a aplicação desses instrumentos no território brasileiro.

Diante dos desafios impostos pela dívida social do país, a preservação do patrimônio não pode prescindir da participação popular, sendo necessário estabelecer mecanismos adequados de escolha e articulação dos agentes e representantes populares, como forma de potencializar a busca de recursos e proporcionar um equilíbrio possível, minimizando o poder dos *lobbies* que atuam em desfavor da conservação do patrimônio. E ainda, legitimar as ações participativas, envolvendo a população, nivelando e aproximando os agentes das políticas nacionais.

1.5 PERSPECTIVAS DO TOMBAMENTO EM REDE

O IPHAN apresentou o conceito de *Tombamento em Rede* como uma ação de caráter inovador, por congregar frentes de trabalhos abertas anteriormente na instituição, que não se concretizaram, e ações voltadas ao acautelamento do patrimônio material dos estados pouco assistidos pela instituição, como é o caso do Piauí, que analisamos adiante.

Existem alguns pontos de partida para se compreender o conceito de *Tombamento em Rede*: o primeiro está nas definições que o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM/IPHAN) apresenta sobre o tema; o segundo diz respeito aos diagnósticos realizados pelo Instituto Publix,[18] contratado para realizar um estudo de gestão para o MinC, e que apresentou o termo "rede de patrimônio" dentre as diretrizes possíveis de serem adotadas para a gestão do patrimônio brasileiro; e, terceiro, o conceito baseado nos pareceres sobre *paisagem cultural* do arquiteto Carlos Fernando Delphim.[19]

Devemos frisar que *Tombamento em Rede* e "rede de patrimônio" têm significados diferentes, e cabe relacioná-los na pesquisa como parte integrante das novas discussões sobre a gestão do patrimônio cultural.

Tombamento em Rede, em primeira instância, é um conceito elaborado pelo Depam/IPHAN, tratado na publicação *Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão: um olhar estratégico sobre o patrimônio cultural* (IPHAN, 2009). O objetivo da aplicação desse

[18] O Instituto Publix lançou um artigo intitulado "Um Sistema Nacional do Patrimônio Histórico" (2009), relacionando as várias ações realizadas pelo IPHAN para vincular-se aos trabalhos de gestão municipal. O artigo nomeia diversas ações e programas que acabaram por nortear as discussões do SNPC, e inclusive o nome 'Sistema Nacional de Patrimônio' foi sugerido pelo estudo.

[19] Carlos Fernando de Moura Delphim é arquiteto, especialista em *paisagem cultural* e jardins históricos. Trabalha no IPHAN, onde criou a primeira equipe especializada em restauração de jardins e preservação de paisagens culturais no Brasil. Foi membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente por mais de dez anos, representando o Ministério da Cultura. Tem emitido pareceres para a inclusão de bens naturais na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO, inclusive subsidiando a posição oficial do Brasil sobre o tema. É membro-associado do Comitê Brasileiro do ICOMOS (FERREIRA, 2010 p. 27).

conceito seria proporcionar uma visão mais ampla do patrimônio cultural brasileiro, corrigindo distorções e fomentando novos projetos e parcerias.

Sobre a ótica do Depam/IPHAN (2009), o *tombamento em rede* envolveria os processos necessários para se conhecer, gerenciar e cadastrar os bens imóveis a serem protegidos, com a criação de um sistema que permitisse a gestão desses bens culturais. O conceito prevê o estudo de tombamento como sendo um "dossiê de tombamento", que acrescentaria à justificativa da atribuição de valor, por exemplo, o tema e as questões da *paisagem cultural* para uma perspectiva de processo em rede.

Cabe ressaltar, primeiro, que a noção de *Tombamento em Rede* ainda não foi racionalizada como um conceito padronizado no IPHAN, sendo utilizada de diferentes maneiras na instituição, a partir de diferentes entendimentos, não existindo, até o momento, um desenvolvimento do conceito enquanto método de trabalho.

Entretanto, o IPHAN produziu alguns dossiês de tombamento, nos últimos seis anos, utilizando as premissas do *Tombamento em Rede*.[20] Para embasar esta abordagem, foram utilizadas as categorias de "contextos históricos" e/ou "território" como justificativas para a proteção de vastas áreas territoriais, não restringindo sua aplicação apenas à ocupação do território, mas aos testemunhos dessa ocupação nos locais estudados.

Segundo ponto a ressaltar, o diagnóstico elaborado pelo Instituto Publix (2009) apresenta o termo "rede do patrimônio" com a intenção de marcar a presença institucional no território através de estudos, registros ou inventários de conhecimento para facilitar futuras ações, a serem executadas como políticas de gestão do território.

Ainda sobre o diagnóstico do Instituto Publix (2009), são desenvolvidas discussões sobre as fronteiras institucionais, culturais, étnicas e territoriais; fronteiras entre áreas de conhecimento, campos de atuação; entre departamentos e definições de patrimônio (material e imaterial) – discussões que pretendem caracterizar uma rede de proteção transversal que não se pautaria somente pela criação de inventários de bens culturais, mas pela relação desses instrumentos com a dinâmica da instituição. Daí, o termo "redes do patrimônio" como sendo

> arranjos multi-institucionais formados por órgãos federais, estaduais e municipais, organizações privadas e entidades não-governamentais, com a função de implementar o SINPAT,[21] bem como subsidiar as propostas e iniciativas de criação

[20] São exemplos de dossiês de tombamento elaborados a partir da noção de *Tombamento em Rede*, utilizado pelo Depam/IPHAN, em conjunto com as superintendências estaduais: *Roteiros Nacionais da Imigração*, Santa Catarina (2007); *Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Areia*, Paraíba (2008); *Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba*, Piauí (2008); *Paisagem Cultural do Vale do Ribeira*, São Paulo (2009) etc.

[21] SINPAT significa 'Sistema Nacional de Patrimônio'.

> e administração das Unidades de Preservação e Proteção - UPPs, propiciando a mobilidade e articulação de atores, a capacitação, a formulação compartilhada de políticas do patrimônio e a disseminação de informações à sociedade, cuja cooperação se materializa por meio de acordos de proteção do patrimônio (INSTITUTO PUBLIX, 2009, p.16).

Um último ponto a se ressaltar é a apropriação da noção de *paisagem cultural*, trabalhada por Carlos Fernando Delphim, e aplicada ao estudo *Roteiros Nacionais da Imigração: Caminhos dos Imigrantes no sul do Brasil* – projeto realizado com recursos do *Programa Monumenta* e exemplo importante da utilização da noção de *Tombamento em Rede* pelo Depam/IPHAN.

A associação entre meio físico, cultura e homem funcionou como uma conjectura para as atribuições definidas em torno da noção de *Tombamento em Rede*. Como resultado da presença humana, o "histórico" produzido e as heranças que talvez tenham permanecido como memória de um tempo passado configuram-se como a temática em torno da qual são trabalhados os vestígios da ocupação do território. A noção de *Tombamento em Rede* se instituiu com base nessa temática, e a partir disso a instituição tem procurado sistematizar num instrumento de trabalho o conjunto de discussões relacionadas aos levantamentos sobre território, gestão, legislação e inventário.

Neste sentido, o *Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão* (SICG) foi proposto como resposta para uma abordagem mais ampla do patrimônio: propõe um levantamento do patrimônio material a partir de grandes áreas territoriais, passando por diversas esferas, até chegar ao objeto específico que se pretende proteger, seja ele de natureza "material" ou "imaterial". Porém, a proposta de aplicação do SICG prevê um método de catalogação das informações através de fichas nomeadas para cada tipo de conhecimento, restrito a bens culturais de natureza material.

CAPÍTULO 02

Sob a justificativa de 'reequilíbrio' das políticas do IPHAN no território nacional, a instituição voltou sua atenção para o estado do Piauí, e em 2008 o Conselho Consultivo do IPHAN aprovou o tombamento federal de três bens culturais considerados importantes para a região: a Floresta Fóssil do Rio Poti e a Ponte João Luiz Ferreira (sobre o rio Parnaíba), ambos em Teresina, e o Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba.

Seguindo o previsto no regimento da instituição, a aprovação dos tombamentos foi realizada pelo Conselho Consultivo, que se reuniu em assembléia extraordinária para discutir as propostas encaminhadas pelo presidente do IPHAN. Para a análise das propostas, foi escolhido um conselheiro relator da mesma, junto aos demais membros do Conselho, que poderia solicitar uma visita aos bens propostos para tombamento. Por meio do parecer opinativo apresentado pelo relator, iniciou-se uma discussão sobre o tema proposto e o resultado final foi alcançado por votação dos membros do Conselho presentes na reunião.

A discussão sobre o *tombamento em rede* foi apresentada, então, pela primeira vez ao Conselho Consultivo pelo presidente do IPHAN, Luiz Fernando Almeida, ligada à proposta de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba. Segundo a ata da reunião:

> Lembrou que está sendo feito na Instituição trabalho voltado para um reequilíbrio, para uma ação institucional mais forte em alguns Estados muito pouco presentes no universo de proteção do IPHAN. Informou que foi iniciado no Piauí um trabalho de caráter mais amplo para identificação de bens culturais que poderiam ter potencial para se transformar em patrimônios nacionais (IPHAN, 2008).

O *Dossiê de Tombamento do Piauí*, elaborado a partir da noção de *tombamento em rede*, lança atenção sobre o território do estado como um todo, tendo o viés histórico como fio condutor da proposta de tombamento. O estudo defende que as marcas impressas em alguns municípios do Piauí são testemunhas dos sucessivos períodos de ocupação do seu território, e por isso, merecedores da proteção legal conferida pelo tombamento.[22]

Partindo dessa premissa, pretendeu-se que a instrução do processo de tombamento fosse conduzida de forma diferenciada da rotina adotada pela instituição, e tomando-se o viés histórico como fio condutor, um conjunto de propostas de tombamento para as cidades selecionadas foi apresentado pela Superintendência do IPHAN no Piauí. O título "Cidades do Piauí, Testemunhas da ocupação do interior do país nos séculos XVIII e XIX" (IPHAN, 2008)

[22] O jornalista Aílton Vasconcelos Ponte (2009), que descreveu suas impressões sobre a dinâmica da reunião do Conselho Consultivo do IPHAN para discutir o tombamento de Parnaíba, salienta que este momento foi de fundamental importância para a valorização do patrimônio da cidade e da história do Piauí.

é bastante representativo dessa proposta do trabalho, organizado num primeiro volume de uma série que reuniria as propostas de tombamento em sequência, com os *dossiês* das cidades de Parnaíba, Piracuruca e Oeiras, e ainda outros três em elaboração. [23]

O *dossiê* do IPHAN traz uma interlocução entre a geografia natural dos municípios e as alterações realizadas pelo homem ao longo do tempo, sublinhando o legado histórico das primeiras *Fazendas Nacionais* da Coroa Portuguesa, constituídas no período colonial, como mote da preservação dos sítios históricos. O primeiro volume do *dossiê* enumera o potencial histórico, econômico e político do território do Piauí, justificando sua anexação aos volumes posteriores.

O primeiro caso estudado foi o de Parnaíba, no *Dossiê de Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba-PI*, cuja introdução anuncia o vínculo com o conceito de *tombamento em rede* proposto para o Piauí, e por consequência, com a temática histórica presente no trabalho.

A justificativa para esses trabalhos foi a da necessidade do IPHAN proteger os 'testemunhos históricos' até então pouco conhecidos pela instituição. Por meio desses trabalhos, seria possível identificar o universo de ações cabíveis à instituição no território do Piauí, e os instrumentos a serem utilizadas pelo órgão em sua atuação.

Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrés, conselheiro que analisou e redigiu o parecer sobre o *Dossiê do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba-PI*, resume o argumento adotado na reunião do Conselho, indicando:

> (…) a estratégia inovadora que objetiva corrigir uma lacuna que o patrimônio histórico nacional guarda em relação ao Estado do Piauí. Nesse sentido, o Tombamento inicialmente de Parnaíba representa o arranque na implantação da rede de patrimônio cultural no Piauí, visando sua ampla compreensão. Quando se estabelece um sentido de conjunto ao patrimônio a ser preservado, amplia-se o potencial de entendimento dos bens, pois se incorpora a eles novos significados (IPHAN, 2008).

Como este estudo aborda o universo histórico-político do IPHAN, cujas bases instrumentais são estabelecidas em momento anterior à criação de uma superintendência no Piauí, resolvemos abordar a trajetória de atuação do IPHAN no estado, antes de tratar, propriamente, da análise do conjunto urbano de Parnaíba.

[23] O conjunto de análises realizadas no Piauí, denominado 'dossiê', partiu do conceito de coletânea de obras. Em breve análise da utilização do termo pelo IPHAN e pela UNESCO, nota-se que existem distintas formas de aplicação. Para o IPHAN, o termo 'dossiê' foi adotado como sinônimo de processo de tombamento individual; e para a UNESCO o termo tem sido empregado para o conjunto de processos individuais.

2.1 O IPHAN NO PIAUÍ

O IPHAN, no início de sua atuação de preservação no país, reconheceu seis bens culturais como de 'valor nacional' no Piauí, tombados entre 1938 e 1940, e distribuídos em quatro municípios. Entretanto, passado o tempo, o Piauí foi esquecido pela instituição.

Na gestão de Rodrigo de Melo Franco de Andrade (1937-1967), os critérios usados para a proteção do patrimônio estavam relacionados, no caso dos bens imóveis, a certas características estético-estilísticas e 'históricas' – posição que seguiu inalterada até meados da década de 1990 (RUBINO, 1996).

Como apontado no capítulo anterior, esses critérios foram adotados por uma elite intelectual que buscava reconhecer os símbolos representativos de uma "identidade nacional". Porém, essa postura trouxe como resultado, no caso do Piauí, um descompasso em relação à constituição do 'patrimônio nacional'.

Cabe conhecer a atuação do IPHAN no Piauí neste sentido, buscando entender os motivos pelos quais essa atuação resultou em iniciativas que trouxeram poucos resultados para a valorização do patrimônio cultural no estado.

No quadro a seguir, relacionamos as diversas mudanças administrativas e de jurisdição que marcaram a trajetória da instituição federal de patrimônio no Piauí, até a criação de uma Superintendência do IPHAN no estado, em 2004.

Período	Trajetória do IPHAN	Jurisdição
1937	Criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)	Nacional
1980	Criação da 2ª Diretoria Regional do IPHAN em São Luiz do Maranhão	MA, PI, CE e RN
1984	Criação da 1ª Sub-Regional, em Teresina, subordinada à 4ª Superintendência Regional do IPHAN (Ceará)	CE e PI
1998	Criação da 3ª Coordenação Regional do IPHAN em São Luiz do Maranhão	MA e PI
2002	Criação da 4ª Superintendência Regional do IPHAN em Fortaleza	CE e PI
2004	Criação da 19ª Superintendência Regional do IPHAN em Teresina	PI
2010	Superintendência Estadual do IPHAN no Piauí	PI

QUADRO 01 - IPHAN: as denominações no Piauí
Fonte: http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12757&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional

Com o objetivo de ampliar suas ações de preservação, a instituição buscou uma melhor estruturação nos estados em que possuía pouca representação ou com presença administrativa frágil, criando diretorias que, progressivamente, se tornariam coordenações (1990) e, por fim, superintendências (2000). Uma das tentativas de reestruturação mais importantes realizadas pelo órgão, em 1980, transferiu a proteção do patrimônio do Piauí à 2ª

Diretoria Regional do IPHAN, com sede em São Luiz do Maranhão, que tinha jurisdição também sobre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte.

Na década de 1980 e 1990, a 2ª Diretoria Regional do IPHAN (Maranhão) promoveu um inventário do patrimônio arqueológico no Piauí, em cumprimento da Lei Federal nº. 3.924, de 26 de julho de 1961. Essa ação resultou na realização de trabalhos de preservação dos sítios detentores de exemplares de arte rupestre ameaçados por agentes naturais ou ações de vandalismo. Nos bens imóveis tombados em 1938-1940, o IPHAN do Maranhão promoveu intervenções restauradoras e de estabilização (FIGUEIREDO, 2001).

	Ano	Bens tombados no Piauí	Processo
01	1938	Cemitério do Batalhão, monumento à Batalha do Jenipapo na cidade de **Campo Maior**	185-T-38
02		Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias, em **Oeiras**	184-T-38
03		Sobrado João Nepomuceno, em **Oeiras**	186-T-38
04	1939	Ponte Grande sobre o Riacho da Mocha, em **Oeiras**	186-T-38
05	1940	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, em **Piracuruca**	224 T-40
06		Igreja São Benedito (as portas), em **Teresina**	184-T-38
07	1993	Parque Nacional da Serra da Capivara, em **São Raimundo do Nonato**	1.322-T-92
09	2008	Conjunto Histórico e Paisagístico de **Parnaíba**	1554-T-08
10		Floresta Fóssil, em **Teresina**	1.510-T-03
11		Ponte João Luís Ferreira, em **Teresina**	1.300-T-89
12	2012	Conjunto Histórico e Paisagístico de **Oeiras**[24]*	1602-T-10
13		Conjunto Histórico e Paisagístico de **Piracuruca**	1.562-T-08
14		Conjunto da Estação Ferroviária de **Teresina**	1.557-T-08
Processos de tombamento abertos			
15		Igreja de Nossa Senhora de Lourdes de **Teresina**	1560-T-08
16		Estabelecimento das Fazendas Nacionais do Piauí: fábrica de manteiga e queijo, e estabelecimento rural **São Pedro de Alcântara**	1.561-T-08
17		Antigo Paço Municipal de **Paranaguá**	865-T-77
18		Conjunto da Estação Ferroviária de **Amarante 9**01402.000381/2009-11[25]	
19		Conjunto da Estação Ferroviária de **Pedro II -** 01402.000275/2009-20	
Bens em processo de *registro* como patrimônio imaterial			
20		Arte Santeira em Madeira do Piauí	
21		Cajuína	
Sítios Arqueológicos			
22		1840 sítios registrados	CNSA[26]

QUADRO 02 - Bem tombados pelo IPHAN no Piauí

Fonte: *Bens móveis e imóveis inscritos nos livros do tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 4. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

[24] Todos os bens culturais inscritos depois de 2008, foram atualizados após a data de entrega desta dissertação, salientando que a análise se mantém restrita às datas limites do trabalho, janeiro de 2011.
[25] Processos abertos pela Superintendência Estadual do Piauí, mas não submetidos á Sede do IPHAN.
[26] Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos.

Das ações fomentadas pelo IPHAN no Piauí, entre 1980 e 2000, nota-se uma ênfase na preservação do patrimônio arqueológico, sobrepondo-se a outras áreas de interesse da preservação, e revelando uma atuação menos expressiva da instituição na abordagem de bens culturais de outras naturezas, que foram objeto da ação da instituição noutras áreas do país.

Em relação à inscrição do Parque Nacional da Serra da Capivara como *Patrimônio Mundial da Humanidade*, é possível perceber a singularidade da iniciativa da UNESCO, já que, na maioria dos casos, o título é atribuído a bens reconhecidos pelas instituições de preservação do país. Ocorreu o inverso no caso do Parque Nacional, cujo reconhecimento internacional levou à sua valorização como patrimônio nacional.

O parque está localizado no território de quatro municípios – Brejo do Piauí, João Costa, Coronel José Dias e São Raimundo Nonato –, e possui um rico acervo arqueológico, de fauna e flora, além de grande concentração de exemplares de pinturas rupestres. A área reconhecida pela UNESCO abrange mais de 700 sítios arqueológicos pré-históricos espalhados pelos 120 mil hectares de área do parque.

Apesar da proteção determinada pela legislação ambiental, a proteção do Parque Nacional como patrimônio cultural foi necessária como forma de garantir sua preservação, gestão e aporte de recursos financeiros. No entanto, o monitoramento efetuado por parte do escritório técnico do IPHAN na área protegida se mostrou inviável, pela ausência de profissionais e estrutura administrativa compatível (1990-1994). Nesse contexto, a parceria do Núcleo de Arqueologia Pré-Histórica da Universidade Federal do Piauí foi fundamental.

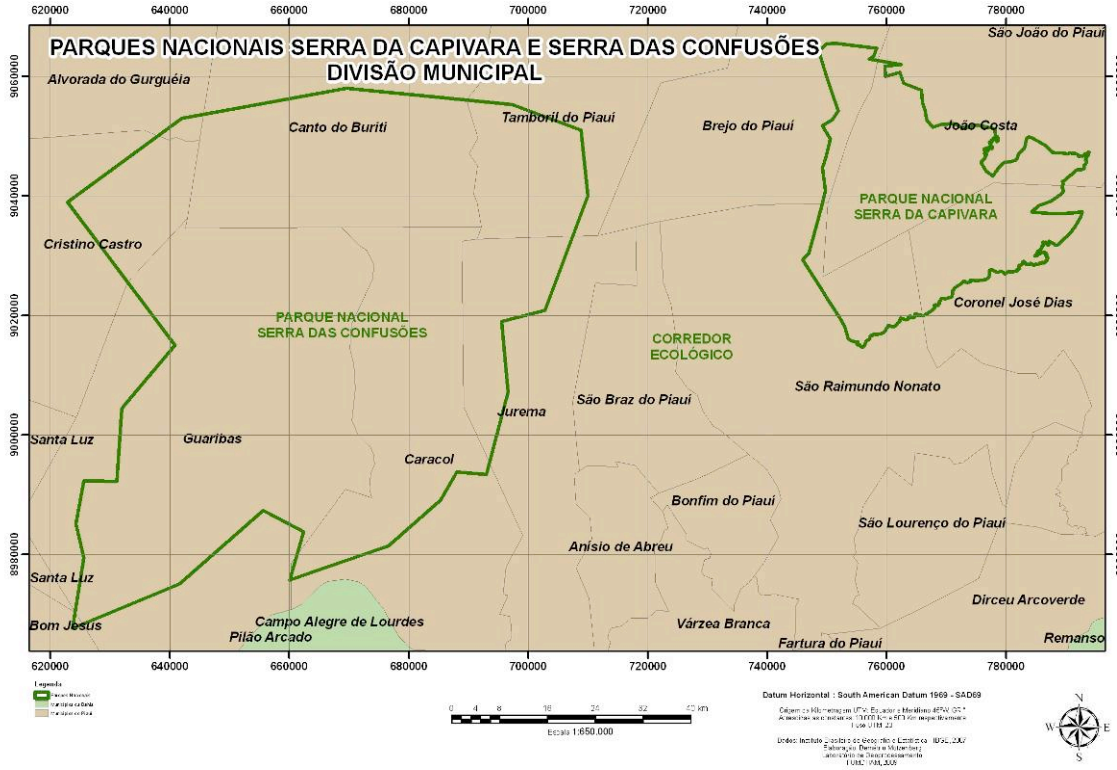


Figura 02 – Delimitações do Parque Nacional da Serra da Capivara e da Serra das Confusões
Fonte: Museu do Homem Americano (Acervo eletrônico)

Nos últimos anos, a dinâmica do IPHAN no Piauí tem sido revista e novas ações preveem uma melhoria da gestão desse patrimônio, amenizando os descompassos gerados ao longo de sucessivas, mas pontuais, iniciativas de preservação na região.

Entretanto, uma nova maneira de se encarar a preservação desse patrimônio no Piauí parte do princípio de que os monumentos arquitetônicos tombados individualmente, entre 1938 e 1940, ficaram estagnados e sobrepujados pelo patrimônio arqueológico, de dimensão político-administrativa bem maior, resultando num esquecimento 'momentâneo' das expressões do patrimônio edificado, o que prejudicou a ação patrimonial do próprio IPHAN, levando a uma gestão indesejada dos bens protegidos pelo tombamento.

O cenário de descompasso na preservação dos bens patrimoniais protegidos no Piauí foi salientado pelo Conselho Consultivo do IPHAN em suas discussões sobre a necessidade de um reequilíbrio das ações de preservação no estado. Nessas discussões, ficou claro que os principais desafios a serem vencidos estavam relacionados ao engessamento e desarticulação das esferas públicas que atuam na proteção dos bens culturais reconhecidos no Piauí, como é o caso do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, tombado pelo IPHAN em 2008.

O *tombamento em rede* veio, então, como uma proposta do IPHAN para deflagrar um novo processo de proteção e gestão no Piauí, buscando o reequilíbrio na preservação do patrimônio cultural, dentro de um processo que deveria ser inter-institucional:

> O Piauí foi o primeiro estado brasileiro a receber uma ação integrada de tombamento de seu patrimônio. No dia 11 de setembro o Conselho Consultivo do Iphan se reuniu no Rio de Janeiro, no Palácio Gustavo Capanema, e aprovou a proteção de três bens materiais que se tornaram patrimônio cultural brasileiro: a Floresta Fóssil e a ponte metálica João Luís Ferreira, ambos em Teresina, e o Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba (IPHAN, 2008).

Cabe ressaltar, entretanto, que na década de 1970, a Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC) já havia realizado, em conjunto com o IPHAN, um inventário das cidades históricas do Piauí, denominado de *Inventário do Patrimônio Artístico e Cultural* (IPAC). Este inventário acabou por subsidiar os estudos realizados das cidades do Piauí, retomados a partir das mesmas cidades na proposta atual de *tombamento em rede*: Parnaíba, Oeiras, Piracuruca e Amarante.

2.2 AS DEMANDAS SOCIAIS E O PATRIMÔNIO

Em conferências com os moradores de Parnaíba e nos diversos embargos em obras realizados pelo IPHAN/PI na cidade, tornou-se visível o descompasso da sociedade com as restrições impostas pelo tombamento, a partir de 2008,[27] apesar de ter sido amplamente divulgada a sua homologação nos jornais locais e veículos de informação.

Analisando os processos administrativos abertos pelo IPHAN/PI, referentes a obras e projetos dentro do perímetro de tombamento de Parnaíba em 2009, são visíveis as lacunas de entendimento entre a comunidade e os técnicos da instituição.

Por ocasião da elaboração do *Dossiê de Tombamento de Parnaíba*, foram definidos alguns critérios e diretrizes a serem observadas em futuras intervenções nos imóveis do conjunto tombado. No entanto, estas informações não fizeram parte da versão final do dossiê encaminhado ao Conselho Consultivo. Por isso, o parecer final do Conselho deu ênfase maior às estruturas arquitetônicas de 'grande importância histórica' e à iconografia do conjunto a ser preservado em Parnaíba após o tombamento.

Com base nestas informações, a partir de 2009, o IPHAN/PI iniciou a fiscalização *in loco* do conjunto tombado de Parnaíba, com a aplicação de notificações e embargos administrativos nas obras que podiam descaracterizar o conjunto histórico (na forma como foi

[27] Processo no IPHAN n. 1554-T-08.

entendido no tombamento), ou que não correspondiam a critérios de gabarito, implantação e *ambiência* utilizados no primeiro *dossiê*.

As restrições impostas pela preservação do conjunto tombado geraram dificuldades aos proprietários dos imóveis quanto à modificação de estruturas e acréscimo de elementos nas fachadas. O tombamento representava uma novidade quanto ao cumprimento as ações pretendidas pelo IPHAN. Quando os proprietários iniciavam uma obra sem aprovação do órgão, muitas vezes o resultado foi o embargo das mesmas, e os conflitos acentuaram-se, chegando a haver confrontos entre técnicos e proprietários.

Em abril de 2009, os moradores, por intermédio das diferentes representações comunitárias atuantes no conjunto histórico, pleitearam palestras de esclarecimento, mas a Superintendência não dispunha de recursos humanos para fazê-las na época. Somente em maio de 2010, foram realizadas duas reuniões abertas entre os técnicos do IPHAN e os moradores de Parnaíba, para esclarecer dúvidas sobre o tombamento, suas normativas e o papel da comunidade na preservação.

Nesse caso, poderíamos esperar que o IPHAN, por sua ação institucional, tivesse apresentado, em conjunto com os estudos de tombamento, as normativas que deveriam incidir sobre o perímetro tombado e seu entorno, buscando amenizar os transtornos de possíveis embargos de obra e os conflitos entre os proprietários e técnicos da instituição.[28]

Considerando que os técnicos responsáveis pela difusão e proteção do tombamento são detentores de informações acerca da preservação do patrimônio brasileiro, e que sua tarefa exige conhecimentos que vão além de sua área de formação, em princípio, esses mesmos técnicos deveriam ter e utilizar um arcabouço teórico necessário a avaliar e propor soluções sobre os anseios e questionamentos da população.

Ao mesmo tempo, a proposta de *tombamento em rede* parece ser um desafio, e um embasamento teórico aprofundado sobre o patrimônio cultural, por parte dos técnicos do IPHAN, seria necessário para dar suporte e sentido às narrativas empregadas pela instituição para a valorização desse patrimônio. A capacitação dos seus servidores figura, portanto, como uma questão importante, pois se eles não estiverem familiarizados com esse processo, os resultados podem muito aquém do pretendido pela política de preservação. Contudo, é importante ressalvar que as dificuldades de entendimento entre a população e os técnicos diante dos critérios que balizam as restrições impostas pelo tombamento não estão,

[28] Cabe lembrar que a reflexão sobre as questões trazidas neste trecho está ligada à minha prática e trajetória na rotina de trabalho da instituição, que serviu como base do processo de elaboração deste trabalho.

rigorosamente, ligadas ao conceito de *tombamento em rede*, pois estas dificuldades ocorrem em outras situações de tombamento.

O embasamento teórico dos técnicos, assim como a necessidade de normativas, são questões que independem da aplicação da noção de *tombamento em rede*. O projeto, talvez, evidencie ainda mais a importância dessas questões, no contexto de Parnaíba, uma vez que coloca em pauta a opção pela valoração de critérios mais 'históricos' do que propriamente arquitetônicos ou estilísticos para a conservação dos bens tombados. Neste caso, a falta de clareza pode dificultar a compreensão desses critérios por parte da população, e mesmo a preservação desses edifícios, em função de problemas estruturais da nossa sociedade, de educação e de formação de um sentido de pertencimento das pessoas com relação à história do país.

Ainda assim, o tombamento impõe uma nova postura diante dos bens protegidos, e o poder público que tem por atribuição proteger esse patrimônio cultural precisaria se instrumentalizar para lidar melhor com essas situações de estranhamento e ser ágil na definição dos instrumentos de gestão cabíveis a cada situação.

Talvez, as capacitações técnica e teórica venham a evitar constrangimentos e minimizar conflitos no caso dos demais tombamentos pretendidos pelo IPHAN/PI. Um exemplo da situação de despreparo para lidar com os embates decorrentes das restrições impostas pelo tombamento foi diagnosticado pelo jornalista Tiago Mendes, que descreveu a "Reunião detalha sobre o tombamento do Centro Histórico de Parnaíba pelo IPHAN", realizada na Associação Comercial de Parnaíba (ACP), em 11 de maio de 2010:

> (...) Dando continuidade à reunião, [o técnico do IPHAN] iniciou um debate com as pessoas presentes: empresários, membros do Instituto Histórico, movimento estudantil e imprensa fizeram perguntas como: por quais critérios o IPHAN faz o tombamento de determinado prédio? [O técnico] disse não ter a resposta dos critérios, mas prometeu em uma próxima reunião esclarecer, pois alega que é recente na diretoria, mas que está se especializando (WILSON, 2010).

A dificuldade de dar respostas à comunidade sobre os questionamento levantados é um bom exemplo sobre capacitação técnica e teórica do servidor do IPHAN, mas não se restringe aos técnicos da instituição federal, e sim a todos os agentes que compartilham de responsabilidades sobre a mesma área do tombamento.

Já na segunda palestra ministrada pelo IPHAN, no auditório SEDESC de Parnaíba, constatou-se um outro nível de conhecimento do técnico sobre o assunto. Ficou evidente a preparação exigida para se lidar com as questões colocadas, relatada, novamente, pelo jornalista José Wilson:

> A superintendência está trabalhando na classificação de todas as quadras existentes dentro da área tombada, com análise detalhada das características de suas edificações, onde servirá de critério básico

> para os arquitetos e engenheiros planejarem e executarem as intervenções em imóveis históricos ou no caso de novas edificações na faixa tombada. (WILSON, 2010)

O desconhecimento da comunidade no que se refere aos significados atribuídos ao tombamento, e a defasagem dos técnicos que lidam diretamente com a sua proteção diante das teorias e perspectivas adotadas no campo do patrimônio, remetem a questões há muito tempo enfrentadas pela instituição. O fato é que critérios meramente estéticos, por si só, não bastam para justificar a preservação e atender a questionamentos da sociedade.

É certo que o trabalho da preservação tem um caráter multidisciplinar, e não dar a atenção devida à *memória social* que confere ou reconhece ao patrimônio um símbolo de identidade implica na continuidade dos critérios de excepcionalidade pelos quais são selecionados imóveis e parcelas das cidades segundo uma 'uniformidade' estilística, em favor de uma restrição histórica e cultural que é hierarquizante, colaborando "para que nunca se ame o 'feio'" (MOTTA, 2000, p.16).

O conceito de *memória social* se torna uma ferramenta importante para os estudos de tombamento quando consideramos os conjuntos urbanos históricos como "suporte de memória" de suas comunidades, que possuem e têm suas trajetórias ligadas à história desses lugares. Neste sentido, poderíamos entender que o conceito poderia ser apropriado pela proposta de *tombamento em rede*, considerando que a preservação do patrimônio, na atualidade, depende de um conjunto de fatores para sua conservação, mas que é sempre construído através de valores culturais e deve ser partilhado por um grupo social que reconheça e se identifique com o bem cultural.

Essa possibilidade se insere numa perspectiva em que o objeto da preservação depende da clareza das justificativas adotadas para cada tipo de tombamento, reconhecendo-se o desafio de se lidar com as realidades distintas dos sítios históricos no Brasil.

2.3. INQUIETAÇÃO COM A FALTA DE NORMATIVAS

O contato com as ações realizadas no Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, no Piauí, colocou a necessidade de uma análise dos tombamentos dos conjuntos urbanos propostos pela Superintendência.

As primeiras perguntas foram: como se realizaram os tombamentos, o que foi preciso para tombar um sítio histórico e quais foram os meios legais da proteção para destes sítios?

Optamos por uma breve comparação entre o Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba (Piauí) e o Sítio Histórico e Paisagístico de Ouro Preto (Minas Gerais), tombados pelo IPHAN. Esta comparação permitiu levantar algumas questões iniciais, pelo grau de complexidade nas atribuições de valor em momentos distintos, e identificar aproximações e distanciamentos no caso mais recente de Parnaíba.

Em 2008, o IPHAN publicou uma pesquisa intitulada *'Salvemos Ouro Preto'*, da historiadora Juliana Sorgine. Este trabalho buscou contextualizar o caso de Ouro Preto dentro da história da gestão do patrimônio cultural do Brasil, com uma contribuição para a "produção de uma memória institucional que possa subsidiar reflexões e ações de preservação na atualidade" (IPHAN, 2008, p. 9).

Esta publicação fornece o material necessário para se entender as primeiras posições tomadas acerca da preservação do sítio de Ouro Preto, além de apresentar um material inédito sobre a visita do arquiteto português Alfredo Evangelista Viana de Lima, consultor da UNESCO, entre os períodos de 1968 a 1970.

Conhecendo trabalhos como esse, podemos entender que não existe uma 'receita' para se tombar conjuntos históricos, mas um trabalho árduo e minucioso sobre os bens que se pretende proteger.

Como o IPHAN busca trabalhar incorporando ações realizadas no passado, imaginamos que o estudo de Parnaíba tivesse uma aproximação importante com as ações realizadas em Ouro Preto, ou que pelo menos indicasse ações correlatas.

Apesar dos distanciamentos, encontramos reciprocidades nas justificativas para a legitimidade das ações de preservação em ambos os casos de Ouro Preto e Parnaíba. Um exemplo pode ser a observação de Sylvio Vasconcellos, arquiteto do SPHAN, feita em 1949, ao enviar o plano de obras e o orçamento para reforma dos casarios de Ouro Preto:

> É interessante observar que a maioria das incluídas (edificações) neste primeiro plano parece ser das mais antigas da cidade, muitas com características evidentes do nosso primeiro século, o que faz ainda coincidir com o fator de urgência o histórico ou de antiguidade. (IPHAN, 2008, p. 56)

O apontamento no parecer de Sylvio Vasconcellos, de 1949, esclarece muito sobre a forma como o arquiteto sistematizou a compreensão do conjunto urbano e apontou as urgências para a (re)estabilização das edificações, marcando um tipo de abordagem que poderia ser referência para as diretrizes a serem incorporadas aos novos tombamentos.

Como visto, no caso do *Dossiê de Tombamento de Parnaíba* foram abordadas as diretrizes para o conjunto a ser tombado, mas o trecho relacionado às diretrizes de proteção propostas foi retirado no ato da apresentação ao Conselho Consultivo do IPHAN, sendo retomados os esforços para a criação de diretrizes apenas depois do tombamento, quando poderiam ter sido empreendidos conjuntamente.

No trabalho de rotina da unidade do IPHAN no Piauí, pudemos acompanhar o grande número de processos administrativos abertos em 2009, relativos ao conjunto tombado de Parnaíba. O contato com estes processos possibilitou um complemento à reflexão sobre a memória da ação institucional, por evidenciar uma problemática semelhante àquela vivida no sítio histórico de Ouro Preto, no período de 1949:

> Com o tempo e o aumento dos pedidos de aprovação de projetos na cidade, começou-se a evidenciar a impossibilidade de controle particular de cada caso, e surgiram as primeiras normas. (...) Estas normas passaram a ser empregadas mesmo nas áreas novas que iam se formando nas periferias. Com o tempo, a grande maioria dos projetos passou a ser apresentada para aprovação já de acordo com as exigências – consequência natural da repercussão, na Ouro Preto da época, da recusa pelo órgão federal dos primeiros projetos apresentados. Desta forma, com as normas incorporadas à rotina de construção do ouro-pretano, aos poucos foi se formando uma nova imagem urbana caracterizada pela intenção estética da instituição. (MOTTA, 1987, p. 112)

O paralelo traçado entre os trabalhos desenvolvidos em Ouro Preto e a proposta de *tombamento em rede* adotada em Parnaíba nos permite perceber que a política de tombamentos carrega em sua história a questão das diretrizes e normativas para os sítios tombados, evidenciando as lacunas na elaboração dos estudos de tombamento.

O esboço comparativo entre Ouro Preto e Parnaíba não partiu dos conjuntos arquitetônicos, mas da forma como foi construído o parecer de tombamento. A construção discursiva do tombamento de Ouro Preto estava vinculada à promoção de uma 'identidade nacional'[29] (CHUVA, 1995), enquanto em Parnaíba encontramos o representativo de um

[29] A questão da 'identidade nacional' impressa pelos intelectuais do SPHAN na política de preservação implicava na invenção de um patrimônio, algo construído para ser 'legitimamente' brasileiro. Nas últimas décadas, este argumento foi desconstruído a partir de novas percepções vinculadas ao conceito de patrimônio.

momento histórico do país. Entretanto, em ambos os casos, a atuação da instituição foi alvo de críticas depois dos tombamentos.

2.4. REFERÊNCIAS LEGAIS DO CONJUNTO TOMBADO DE PARNAÍBA.

Parnaíba possui uma legislação municipal vigente (Lei municipal nº 1.908, de 11 de março de 2003) que institui o tombamento municipal e cria o Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Parnaíba (CONSPAC).

O Plano Diretor, aprovado em 05 de janeiro de 2007, prevê a "recuperação e valorização dos patrimônios arquitetônicos, urbanísticos e ambientais, particularmente o Centro Histórico da Cidade de Parnaíba", além de delimitar a área de atuação dos órgãos e apontar diretrizes municipais:

> (...) consta a produção legiferante do Município de Parnaíba pertinente ao assunto, a principiar pela Lei Orgânica promulgada a 05 de abril de 1990, em cujos artigos 216, 217 e 218 preconiza quanto à preservação do Patrimônio cultural do Município, além da Lei nº 1.908, de 11 de março de 2003, que institui o Sistema de Tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município de Parnaíba, cria o Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Parnaíba – CONSPAC, revoga as leis 1413/93 e 1775/01 e dá outras providencias (PONTE, 2009).

Mas o plano diretor delega ao IPHAN a elaboração de normas para o centro da cidade, especialmente para a área tombada. O poder municipal credita ao IPHAN a ação necessária para se preservar esse patrimônio, como "entidade prestigiosa e capaz de fazer frente às forças do mercado imobiliário e das eventuais pressões de interesses econômicos" (PONTE, 2009).

Um dado importante, segundo relato da então chefe de Divisão Técnica do IPHAN/PI, é que apesar do interesse da instituição no tombamento federal de Parnaíba ser antigo, o seu estudo foi intensificado a partir de pedidos da Secretaria de Obras do município e do Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba.

Em 2006, a Secretaria de Obras não tinha condições para desenvolver e levar adiante o estudo sobre o tombamento, e através da cooperação técnica com a Superintendência do IPHAN no Piauí, foi possível definir uma proposta de proteção para o tombamento municipal. Este material não serviu ao objetivo desejado, mas foi utilizado como base para o Plano Diretor Estratégico nos aspectos tocantes ao patrimônio cultural edificado, e também serviu como fonte para o *Dossiê de Tombamento de Parnaíba*.

O Plano Diretor Estratégico de Parnaíba atribuía ao IPHAN a responsabilidade pela preservação e gerenciamento das áreas centrais da cidade, transferindo a gestão do patrimônio nessa área para o órgão federal. A delegação de poder redigida no corpo da lei se reporta ao perímetro de proteção do tombamento municipal, proposto conjuntamente pela prefeitura e

pelo IPHAN/PI. Porém, esta área tem abrangência maior que a do tombamento federal de 2008.

No que se refere à gestão desse patrimônio, o Plano Diretor evidencia a estratégia da prefeitura de diminuir suas atribuições sobre a área tombada e aliviar a pressão sobre o poder municipal com relação aos investimentos necessários para a administração da área. Traduz uma tentativa de omissão diante das decisões voltadas a essa área da cidade, e por conseguinte, de transferência de responsabilidades sobre essa administração ao IPHAN.

Não cabe, neste estudo, analisar as definições do Plano Diretor para outras áreas do município, mas somente à área considerada pelas esferas municipal e federal como referência de patrimônio cultural. Por entender que a transferência de responsabilidades para outra esfera do poder público não resolvem as questões relacionadas à gestão da área, parece urgente a necessidade de uma revisão do Plano Diretor no aspecto tratado, enquanto principal instrumento legal do município, e, principalmente, uma revisão da postura da prefeitura municipal de se esquivar dos problemas que envolvem a preservação do patrimônio tombado.

Os planos diretores foram propostos para se fazer cumprir as determinações do *Estatuto das Cidades*, [30] e não para se delegar atribuições burocráticas. Seu fundamento é apontar, com base no interesse coletivo, possibilidades de gerenciamento processual pactuado entre as diversas esferas e atores envolvidos, públicos e privados, capazes de compatibilizar e distribuir com justiça os ônus e benefícios dos processos de urbanização.

O estudo de tombamento de Parnaíba incluído no trabalho *Cidades Testemunho da Ocupação do Interior do País* (IPHAN, 2008), e apoiado no conceito de *tombamento em rede*, retoma o ideal de se criar narrativas para determinar um 'quadro social de memória' para o território do Piauí, mas também não apresenta as normativas do conjunto a ser tombado.

Assim, nem o CONSPAC estabeleceu critérios para a preservação do conjunto de bens culturais de Parnaíba, nem tampouco o *Dossiê de Tombamento de Parnaíba*, que poderia conter as diretrizes para o sítio histórico, contemplou as normativas de proteção desse patrimônio.

A análise da preservação do conjunto tombado começou a tomar um novo rumo, neste trabalho, à medida que as perguntas se voltaram para as ações que estavam sendo propostas para o perímetro de proteção, e qual foi o entendimento da noção de *tombamento em rede* aplicada a esse contexto.

[30] Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001.

Algumas diretrizes gerais sobre a área tombada foram publicadas na cartilha produzida pela Superintendência do IPHAN no Piauí, em maio de 2009. Cabe a transcrição do trecho:

> 5. DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO TOMBAMENTO E À PRESERVAÇÃO
>
> Em função do tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba, algumas disposições relativas à preservação do sítio devem ser obedecidas.
>
> 5.1 Critérios gerais e diretrizes para o conjunto tombado:
>
> Quanto ao uso do solo
>
> O uso residencial é considerado prioritário e deve ser incentivado, mesclando-se com as outras atividades de caráter comercial e de prestação de serviços. Por ser uma das vocações históricas da cidade, o uso industrial e portuário serão permitidos, desde que voltados às atividades de caráter não-poluente. A implantação de novas funções e usos fica condicionada à avaliação do impacto no sistema viário, no conjunto edificado e no meio ambiente, assim como à lei de uso e ocupação do solo.
>
> Quanto ao meio físico e natural
>
> A ocupação da margem esquerda do rio Igaraçu deve ser restringida, visando salvaguardar a paisagem natural e complementar à percepção da paisagem urbana do Centro Histórico. É recomendável que a margem direita do rio seja requalificada.
>
> Quanto à configuração da estrutura urbana
>
> A abertura e fechamento de vias na área urbana central, uma vez que esta ainda preserva sua configuração original, serão vetadas. O desmembramento de lotes deverá ser evitado, e será vetado quando houver uma edificação no lote e a divisão deste implicar na divisão também do edifício.
>
> Quanto aos revestimentos de logradouros e de áreas livres públicas
>
> Por ser uma área plana e implicar em risco de alagamento no período das chuvas, o uso de materiais que impermeabilizem o solo, como o asfalto e o cimento, deve ser evitado. Quando possível, os pisos em pedra originais devem ser recompostos.
>
> Quanto aos engenhos publicitários
>
> Todos os letreiros e placas publicitárias, a serem afixados no perímetro da área tombada e no perímetro da área de entorno, permanentes ou provisórios, deverão ser aprovados pelo IPHAN.
>
> Quanto à sinalização urbana
>
> A adoção do documento "Guia Brasileiro de Sinalização Turística" como base para o desenvolvimento de um projeto de sinalização urbana para o Centro Histórico de Parnaíba é recomendável, adaptando-o às necessidades do local.
>
> Quanto ao mobiliário urbano
>
> O uso de mobiliário de grandes dimensões e a implantação de pontos de ônibus fechados ao longo das calçadas mais estreitas deve ser evitado. As praças, extremamente arborizadas, são pontos vitais para o conforto térmico da cidade, devendo ser mantidas, priorizando-se espécies nativas e que não danifiquem o calçamento e as edificações.
>
> Quanto à cobertura das edificações
>
> O predomínio do uso de telha cerâmica no conjunto histórico de Parnaíba, seja da telha tipo colonial ou francesa, é uma das suas principais características, devendo ser exigida sua manutenção em quaisquer intervenções dentro do conjunto, a fim de não modificar a ambiência. (IPHAN, 2009, p. 24-25)

A partir das novas diretrizes propostas no Plano de Ação das Cidades Históricas (PACH) e discutidas no *I Fórum do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural* (SNPC), houve a aplicação, em Parnaíba, do novo instrumento de inventário criado pelo IPHAN, o *Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão* (SICG), que propõe reunir as informações e análises do sítio histórico tombado, voltadas a sua normatização e gestão.

O preenchimento das fichas do SICG se divide em três módulos, devendo ser aplicadas em: Módulo 01 – Conhecimento; Módulo 02 – Gestão; Módulo 03 – Cadastro. As fichas são identificadas da seguinte forma:

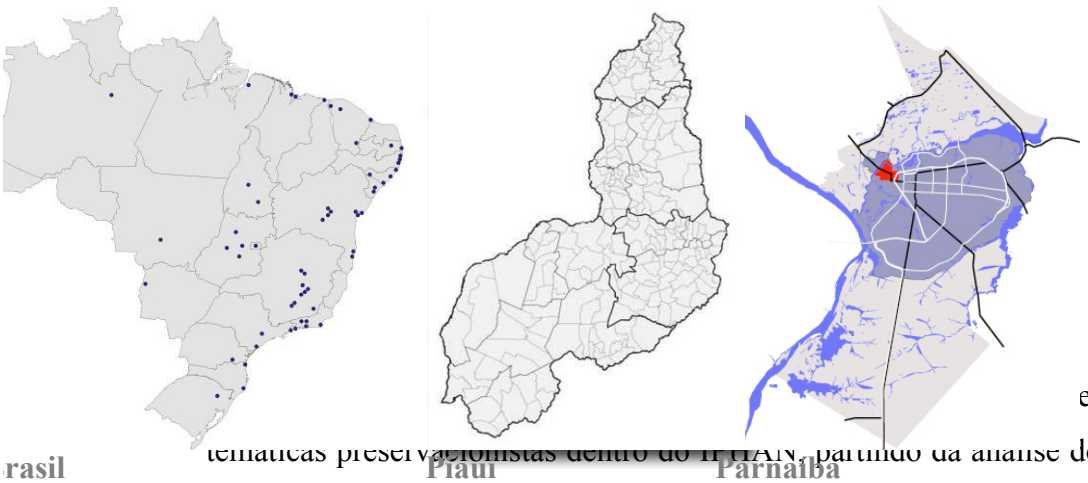
FICHAS	MÓDULOS	TEMÁTICA
M101	CONHECIMENTO	CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL
M102		CONTEXTO IMEDIATO
M103		INFO. PROTEÇÃO EXISTENTE
M201	GESTÃO	PRÉ-SETORIZAÇÃO
M202		CARACTERIZAÇÃO DOS SETORES
M203		AVERIGUAÇÃO E PROPOSIÇÃO LOCAL
M204		DIAGNÓSTICO ÁREAS URBANAS – LOTE
M205		DIAGNÓSTICO ÁREAS URBANAS – QUADRAS
M206		DIAGNÓSTICO DE CONSERVAÇÃO – ARQUIT. RELIGIOSA
M207		RELATÓRIO FOTOGRÁFICO
M300	CADASTRO	PLANILHA SÍNTESE
M301		CADASTRO GERAL
M302		BEM IMÓVEL – ARQUITETURA / CARACTERIZAÇÃO EXTERNA
M303		BEM IMÓVEL – ARQUITETURA / CARACTERIZAÇÃO INTERNA
M304		BEM IMÓVEL – CONJUNTO RURAL
M305		BEM MÓVEL E INTEGRADO
M306		PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO
M307		PATRIMÔNIO NAVAL

Quadro 09 - Divisão das fichas do SICG
FONTE: (IPHAN, 2010)

Apesar da implantação do SICG ser considerada uma inovação dentro do IPHAN, sua aplicação no Piauí se deu através da contratação, por licitação pública, de empresa especializada, pois a superintendência local não contava com técnicos em número suficiente para realizar um trabalho de tal dimensão. O trabalho consistiu no levantamento de informações relativas à tipologia, gabarito, estado de conservação e preservação, materiais construtivos e caracterização morfológica dos edifícios e do espaço urbano dos sítios históricos de Piracuruca e Parnaíba, além da coleta de informações para a promoção do seu patrimônio com base em atividades relacionadas ao turismo (IPHAN, 2008). Entretanto, em

razão da pouca familiaridade com a metodologia, os resultados obtidos não foram suficientes para elaboração das normas de gestão da área tombada de Parnaíba.

No capítulo a seguir pretendemos analisar a dinâmica da Superintendência do IPHAN no Piauí, relacionando-a às demandas sociais e aos diversos embates envolvendo a preservação do patrimônio cultural, bem como a aplicação do novo sistema de inventário, discutindo as perspectivas de sua aplicação para o caso estudado no Piauí.



proteção do patrimônio esenvolvimento de novas temáticas preservacionistas dentro do IPHAN, partindo da análise do *Dossiê de Tombamento do Piauí*, apresentado ao Conselho Consultivo do IPHAN, em 2008, sob o título *Cidades Testemunho da Ocupação do Interior do País, durante o Século XVIII e XIX – Dossiê do Piauí* (IPHAN/PI, 2008).

O objetivo de se entender como o IPHAN/PI trabalha a gestão do conjunto tombado da cidade de Parnaíba resultou em uma análise do empenho institucional para atender a novas perspectivas do campo da preservação e demandas da sociedade. Partindo do princípio que a preservação do patrimônio cultural é um processo contínuo de avaliação, escolha, construção de discursos e políticas, foram analisados os critérios que nortearam o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, buscando contribuir com uma discussão sobre as ações presenciais do órgão federal no território piauiense.

Figura 03 – Mapas Brasil, Piauí e Parnaíba. Os pontos em azul no mapa ilustrativo da geografia brasileira representam as regiões que possuem Patrimônio Cultural protegido por leis federais. A segunda figura representa os limites do estado do Piauí e a terceira figura representa o município de Parnaíba, onde o ponto em vermelho representa o núcleo histórico tombado pelo IPHAN em 2008. A parte cinza escura representa o perímetro urbano da cidade e as linhas em preto representam as rodovias que cruzam o município.

3.1. CIDADES DO PIAUÍ: A OCUPAÇÃO DO INTERIOR DO PAÍS

O *Dossiê de Tombamento do Piauí* conferiu atenção a diversas temáticas sobre o território piauiense, ainda pouco exploradas no campo da preservação do patrimônio cultural. A ocupação do interior do país foi, dentre os temas de reflexão, o principal motivador da proposta de tombamento, pautada nas perspectivas 'histórica' e paisagística, e noutras temáticas relacionadas ao tombamento.

Recuperando a trajetória desse processo de ocupação, o dossiê aponta que somente em 1761 a Coroa portuguesa determinaria, por meio de uma Carta Régia, a criação de sete vilas a partir das povoações existentes no Piauí – Paranaguá, Jerumenha, Valença, Marvão (Castelo), Campo Maior, Piracuruca, Parnaíba, e a vila da Mocha (atual Oeiras), elevada à sede da capitania do Piauí (FIGUEIREDO, 2001).

As vilas receberam um planejamento urbano estabelecido pela Coroa Portuguesa, a partir da paróquia implantada, cabendo aos moradores decidir sobre a localização da praça central, onde foram construídos o pelourinho, a igreja matriz, a casa de câmara e cadeia, que exercia as funções municipais, e outros edifícios.

Acompanhavam essas determinações régias a exigência de definição dos lotes, das vias públicas e moradias a serem construídas, com as fachadas no mesmo estilo. Desta forma, a Coroa Portuguesa pretendia se fazer representada, marcando sua autoridade no território colonizado.

Um registro importante da permanência de edificações desse período foi feito pelo arquiteto Paulo T. Barreto, por meio de entrevista realizada em 1938 com Isaias Pereira, administrador das Fazendas Nacionais, responsável pela reforma de alguns dos edifícios:

> As construções de taipa formada com troncos de carnaúba, espaçados de 0,35 m e o varamento de marmeleiro, distanciados de 0,10 m e amarrados com relho de couro de boi; enchimento de pedra e barro; encaibramento de tronco de carnaúba, e do mesmo material o ripamento; telha vã; piso de terra batida; esquadrias cheias de largas; portas com 1,50, de pau-d'arco; pés-direitos altos; paredes de meia altura; avarandados largos e baixos. (BARRETO *apud* SILVA, 2007, p. 73)

Nesta passagem, verificamos uma rica narrativa das formas construtivas e materiais empregados na manutenção dos edifícios das fazendas pelo administrador, próxima daquelas trazidas por Lúcio Costa, que descreve a forma construtiva adotada pelos mestres que construíam os beirais das casas antigas com a finalidade de sombrear e "afastar das paredes a cortina de água derramada pelo telhado" (COSTA, 2000, p. 189).

Os relatos compilados por Barreto e Costa são contemporâneos, o que nos permite identificar a importância dada, no período, a uma sistematização das formas construtivas como forma de registrar uma memória dos elementos estruturadores da arquitetura feita no interior do Brasil. Sistematizações contemporâneas sobre a forma estrutural/construtiva da

arquitetura "vernacular" resultaram de distintas contribuições no quadro da preservação do patrimônio nacional nos primeiros anos do IPHAN, período do Estado Novo, apesar da emblemática eleição daquilo que se pretendeu designar como representativo da "identidade nacional".

A principal matéria-prima para o desenvolvimento urbano do território estudado, desde o início das atividades comerciais nos núcleos piauienses, foi extraída da carnaúba, árvore endêmica do semiárido do nordeste brasileiro. Alguns exemplos são o de Oeiras, que empregava a fabricação de velas com a cera da carnaúba, e de Piracuruca, que obteve êxito nas exportações de cera de carnaúba, ou pela demanda de ácido pícrico, com alto poder de explosão, proveniente também da carnaúba, comercializado a partir da Primeira Guerra Mundial, e cuja produção decairia ao término da Segunda Guerra Mundial, em meados dos anos de 1950 (IPHAN, 2008).

Os estudos de tombamento reunidos no trabalho *Cidades Testemunho da Ocupação do Interior do Brasil no século XVIII* (Volume I) conferiram grande destaque ao contexto histórico dos núcleos urbanos criados pela Carta Régia de 1761. Estes mesmos núcleos urbanos seriam objeto de estudos individuais, resultando em volumes posteriores ao *Dossiê de Tombamento do Piauí* realizado pelo IPHAN no Piauí.

Neste sentido, o *Dossiê de Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba* é um documento individual, vinculado ao *Dossiê de Tombamento do Piauí*, e desenvolvido a partir da proposta de *tombamento em rede*.

Para marcar uma continuidade do processo de reconhecimento das cidades mesma formação histórica e cultural no Piauí, a estrutura dos estudos individuais sempre remetem ao *Dossiê de Tombamento do Piauí*. Assim, pretende-se que os estudos de tombamento das cidades do Piauí façam parte de um sistema coerente e inter-relacionado, finalizados em formato de volumes de dossiês e pautado na noção de *tombamento em rede*.

O documento sobre Parnaíba contextualiza a importância da cidade em relação ao território do Piauí. A temática eleita é a formação histórica e cultural como motivadora da proposta de valorização do patrimônio cultural perseguida pelo IPHAN no estado.

A elaboração do conjunto de estudos referentes às cidades de Parnaíba, Piracuruca e das Fazendas Nacionais faria parte de uma primeira leva da proposta de *tombamento em rede,* que seria apresentada ao Conselho Consultivo do IPHAN. Mas os documentos foram revistos e o IPHAN decidiu apresentar ao Conselho somente o estudo referente ao Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, além dos estudos da Ponte João Luís Ferreira e da Floresta Fóssil do Rio Poti, ambos em Teresina.

A troca dos estudos submetidos à análise ao Conselho Consultivo do IPHAN foi motivada pela vontade de "nivelar as ações" empreendidas anteriormente pela instituição. No caso, os estudos entregues referiam-se a processos de tombamentos que tramitavam há anos no órgão.

A ponte João Luís Ferreira, cujo processo fora aberto em 1989, foi escolhida porque vinha sofrendo intervenções em sua estrutura original e na visibilidade de sua ambiência, o que ameaçava modificar sua concepção estrutural e a percepção espacial da ponte, considerada um bem cultural. No caso da Floresta Fóssil do Rio Poti, o processo fora aberto em 2003. Já o antigo Paço Municipal da cidade de Paranaguá/PI, que teve seu processo de tombamento aberto em 1977, acabou ficando de fora do conjunto de propostas levado ao Conselho.

Após constatarmos a existência dos estudos de tombamento realizados em função da permanência de processos administrativos abertos a partir de pedidos de tombamento de bens culturais no Piauí, realizamos um levantamento nos arquivos do IPHAN/PI para identificar outros possíveis estudos em andamento. Com esse levantamento, tivemos conhecimento dos estudos de tombamento de Oeiras, Piracuruca, Pedro II, Campo Maior e Teresina.

A iniciativa de levar o tombamento federal a um número mais significativo de cidades, reconhecendo seu patrimônio cultural como representativo para o país, tem mérito e é uma postura inovadora. Porém, a experiência 'piloto' da proposta de *tombamento em rede* na cidade de Parnaíba, e seus resultados conflituosos, trazem preocupação quanto à sua aplicação no restante do Piauí.

O nivelamento das ações preservacionistas pretendido no Piauí é justificado pelo IPHAN por um levantamento estatístico dos tombamentos realizados no território nacional desde o início da atuação da instituição federal. A região Nordeste é representada como a segunda em número de tombamentos, porém a estatística fica em total descompasso com o quadro do Piauí, com poucos bens preservados (IPHAN, 2009). Pelo viés institucional, o discurso atual de *tombamento em rede* tem, entre outras premissas, a de amenizar esse descompasso em territórios de pouca presença do IPHAN.

Entretanto, a intenção marcada no *Dossiê de Tombamento do Piauí* vai além do sentido de se buscar uma 'representatividade material' no cenário da preservação do patrimônio. Seu discurso traz o conceito de *tombamento em rede* como um indutor de desenvolvimento econômico, a partir das potencialidades locais.

Os estudos almejam o reconhecimento do patrimônio de um estado, até então, pouco atendido dentro do panorama nacional, mas o esforço de mudar a visão sedimentada sobre o

Piauí traz novas problemáticas para o IPHAN. A atenção se volta, agora, para o grande número de ações que precisariam ser empregadas pelo IPHAN/PI para viabilizar a ideia de *tombamento em rede* como um projeto preservacionista, com todas as questões que ele suscita, referentes a normativas, fiscalização e o papel da instituição no fomento desses processos de desenvolvimento junto à sociedade, considerando as limitações de sua atuação em função do reduzido corpo técnico da instituição, que contava com apenas dois servidores no Piauí na época da realização desta pesquisa, um arquiteto e um historiador.

3.2. CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE PARNAÍBA

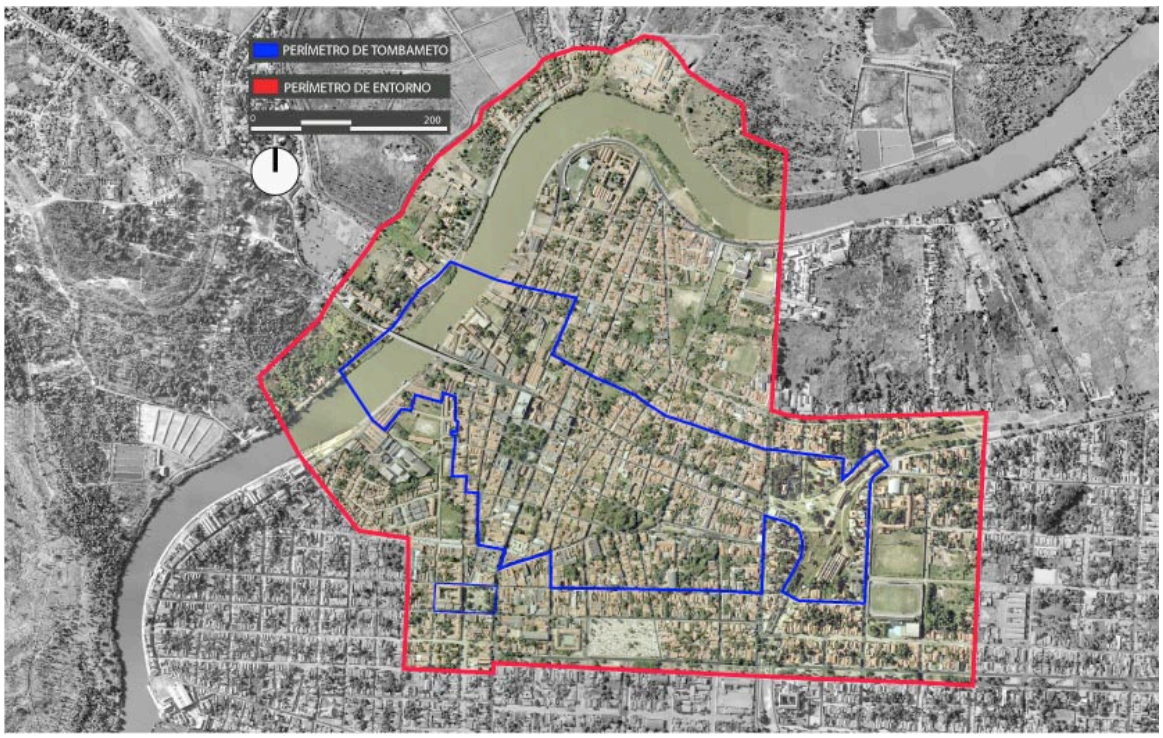


FIGURA 04 - Imagem aérea do conjunto urbano da cidade de Parnaíba/PI
Fonte: Acervo IPHAN-PI; Edição: Kishimoto.

O município de Parnaíba tem o maior centro urbano da região norte do Piauí. Sua origem remonta à vila de São João da Parnaíba, fundada em 1762, por João Pereira Caldas, governador da então capitania de São José do Piauí.

Parnaíba abrange uma área de 432, 5 Km^2, com 141 Km^2 em sua parte urbana, e os perímetros de proteção do tombamento e do seu entorno correspondem a 2,42% da área urbana do município. A população estimada do município é de 144.912 habitantes (IBGE, 2010). E a proporção do perímetro de proteção do tombamento sobre o do entorno é de 1/4, o que significa uma área de entorno com elevada porcentagem territorial.

A cidade possui em um conjunto arquitetônico com variados estilos de construção, que remetem a diferentes momentos da sua evolução urbana, evidenciando a marca de vários períodos de desenvolvimento econômico e sua importância no fluxo de riqueza da região durante o período final de colonização e posterior.

O sítio histórico de Parnaíba tem uma característica peculiar: apesar das sucessivas modificações na arquitetura e no urbanismo da cidade, seu centro histórico manteve, no uso contemporâneo, o centro administrativo, comercial e residencial do município, com poucas edificações abandonadas, relacionadas com a área portuária, hoje desativada.

A configuração urbanística implantada ao longo dos anos criou um ambiente paisagístico em que os vazios são preenchidos pela vegetação entre as construções, com grandes glebas verdes que à época das chuvas se tornam alagadiças.

Nos espaços públicos, as árvores frondosas das praças, jardins e quintais cumprem o papel de cortinas visuais para as varandas voltadas para a rua, revelando um pouco da organização social e das relações familiares dos casarões em seu período de construção.

O *Dossiê de Tombamento de Parnaíba* reforça, em sua justificativa, o interesse de se preservar a relação com a vizinhança formada pelos imóveis que estão no perímetro de tombamento. O perímetro de entorno, por sua vez, com sua alta porcentagem territorial e múltiplas tipologias, principalmente do século XX, se não for monitorado, poderá interferir na paisagem do conjunto tombado, marcada pelo baixo gabarito, com edificações de até três pavimentos, e pelas coberturas em telha de barro, que contribuem para a identificação daquele conjunto.

Ainda sobre o *Dossiê de Tombamento de Parnaíba*, o estudo indica a necessidade de um código de posturas urbanísticas para a eficácia da proteção desse patrimônio edificado, de modo a evitar conflitos na ocupação e uso do solo urbano. Na justificativa do documento, são citados os exemplos de duas intervenções consideradas danosas ao conjunto histórico, realizadas no passado, e que poderiam ter sido evitadas com o tombamento:

> Duas destas ações em andamento, no entanto, exemplificam a fragilidade que este tipo de transferência de responsabilidade encerra, sem a proteção jurídica adequada. Uma delas é de iniciativa da própria administração municipal, que está construindo o mercado municipal (...), com dimensões, forma e materiais de revestimento e cobertura totalmente em desacordo com o contexto urbano. A outra é a construção de mais um pavimento no prédio comercial "Armazém Paraíba", situado dentro do perímetro que ora se propõe para tombamento e ao lado da Casa Inglesa, um dos sobrados de maior destaque da Avenida Getúlio Vargas, diminuindo-lhe a visibilidade. Nos dois casos, (...) não foram solicitados quaisquer pareceres do IPHAN. (IPHAN, 2008, p. 95)

Para subsidiar esta pesquisa, analisamos um conjunto de processos administrativos referentes aos imóveis tombados em Parnaíba. Dentre os 57 processos analisados, a maior parte do ano de 2010, 33 processos foram abertos através de notificação do IPHAN aos proprietários e 24 processos foram abertos por pedido dos proprietários, que solicitaram análise de suas obras.

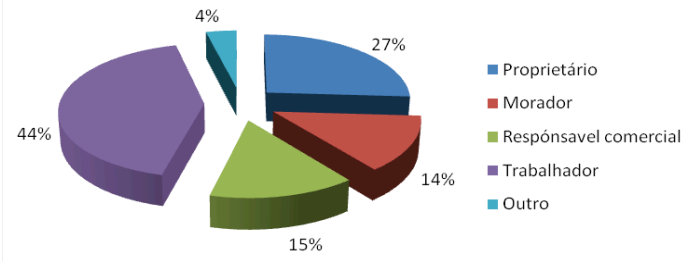
Parnaíba tem 800 imóveis inseridos no perímetro de tombamento e 1764 no perímetro de entorno, totalizando 2564 imóveis a serem monitorados. Contudo, o número reduzido de

processos existentes no IPHAN revela o pouco esclarecimento da sociedade sobre os aspectos do tombamento.

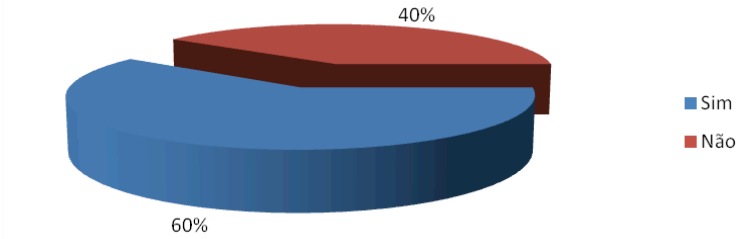
No panorama de informações sobre o conjunto tombado, outra fonte importante para esta pesquisa foi o relatório encaminhado ao IPHAN pela coordenação do curso de Turismo da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Elaborado no âmbito da disciplina Patrimônio e Turismo Cultural, o relatório traz uma analise de entrevistas realizadas com proprietários, moradores e usuários de alguns setores do conjunto tombado de Parnaíba, feita em cooperação com o IPHAN, com o objetivo de conhecer o perfil dos moradores da área tombada e identificar o nível de conhecimento dos mesmos sobre o tombamento e o patrimônio cultural da cidade. A pesquisa realizada pela UFPI teve o propósito, também, de sensibilizar a população sobre o tombamento, e contou com a participação de 44 alunos, que realizaram 190 entrevistas durante os dias 20 a 25 de junho de 2010.

Embora não tenha abrangido todo o perímetro de tombamento e entorno, o relatório registrou o pensamento de parcela da sociedade de Parnaíba sobre o significado atribuído ao tombamento federal na cidade. Registrou também a contradição entre ações realizadas por proprietários e ações de agentes municipais e grandes empresários locais, analisada mais adiante.

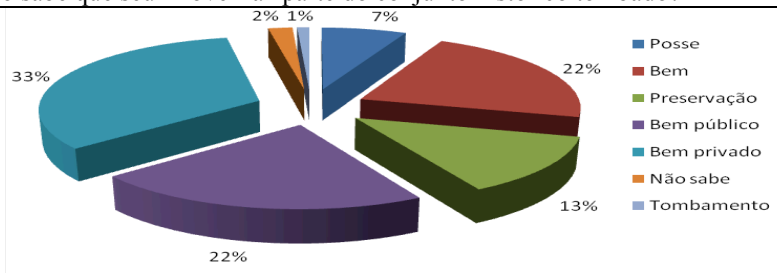
O foco das questões abordadas nas entrevistas era a situação do entrevistado em relação ao imóvel, o entendimento sobre os conceitos de patrimônio e tombamento e a avaliação dos entrevistados sobre o tombamento. Os resultados foram sistematizados no formato de gráficos para uma compreensão quantitativa. Foram feitas dois tipos de abordagens aos entrevistados: os gráficos G2 e G4 referem-se ao grupo de questões com respostas livres dos entrevistados a respeito do tema perguntado, e os gráficos G3, G5 e G6 referem-se ao grupo de questões cuja escolha das respostas se dava a partir de alternativas apresentadas.



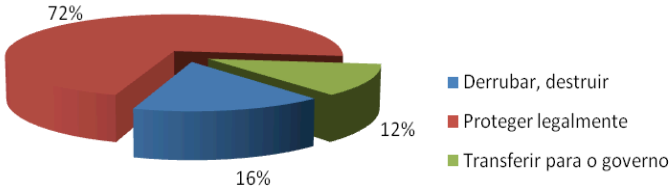
G1 – Relação do entrevistado com o Imóvel.



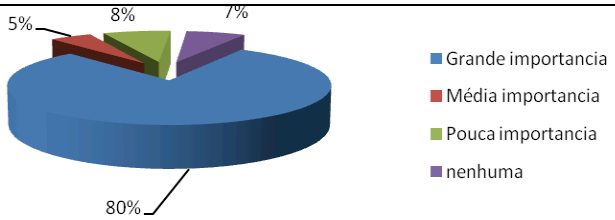
G2 – O entrevistado sabe que seu imóvel faz parte do conjunto histórico tombado?



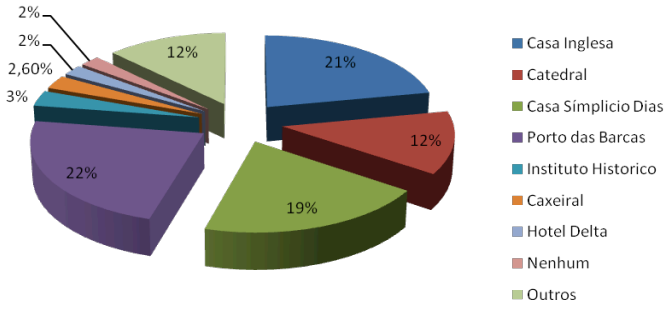
G3 – Para o entrevistado Patrimônio lembra ...



G4 – Para o entrevistado o tombamento é associado a...



G5 – A importância dos prédios históricos da cidade, segundo a opinião dos entrevistados



G6 – Prédios históricos de destaque, segundo a opinião dos entrevistad

FIGURA 06 - Projeto de educação patrimonial sobre o conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba

Fonte: SILVEIRA, Shaiane Vargas. *Projeto de educação patrimonial sobre o conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba*. Parnaíba: UFPI, 2010, p. 8.

O interesse por parte da universidade em criar relações mais estreitas com o IPHAN afirma o potencial de futuras parcerias em desenvolver ações de educação patrimonial no conjunto tombado de Parnaíba. A iniciativa da UFPI colaborou para o inicio de um debate entre os alunos do curso e a sociedade sobre a temática da preservação num contexto que

extrapola o espaço das instituições públicas, resultando em informações que podem contribuir para uma melhor gestão administrativa do patrimônio cultural a ser preservado.

O estudo realizado pela UFPI foi de encontro a uma percepção construída durante a pesquisa para esta dissertação, pois sistematizou informações que haviam sido obtidas em conversas informais com os moradores da cidade, durante as visitas técnicas de monitoramento e fiscalização que acompanhamos.

3.3. INVENTÁRIO, PLANO DIRETOR E AÇÕES DE PRESERVAÇÃO.

O tombamento da cidade de Parnaíba identifica sete áreas de características arquitetônicas distintas: (1) Conjunto do Porto das Barcas e Galpões Portuários, (2) Conjunto da Praça Santo Antônio, (3) Conjunto da Avenida Getúlio Vargas, (4) Conjunto da Estação Ferroviária, (5) Conjunto da Praça da Graça, (6) Arquitetura tradicional popular e (7) Área de Entorno. Estas áreas foram definidas no processo de tombamento e posteriormente serviram de base para a aplicação do *Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão* (SICG), metodologia de inventário adotada pelo IPHAN. Porém, o inventário não levou em conta a área de entorno, tendo considerado apenas o perímetro de tombamento. Isso prejudicou o conhecimento de uma área importante, citada como espaço de sensíveis transformações que podem interferir diretamente na ambiência do conjunto tombado. Ambas as áreas dependem de normativas para a preservação, inexistentes até então.

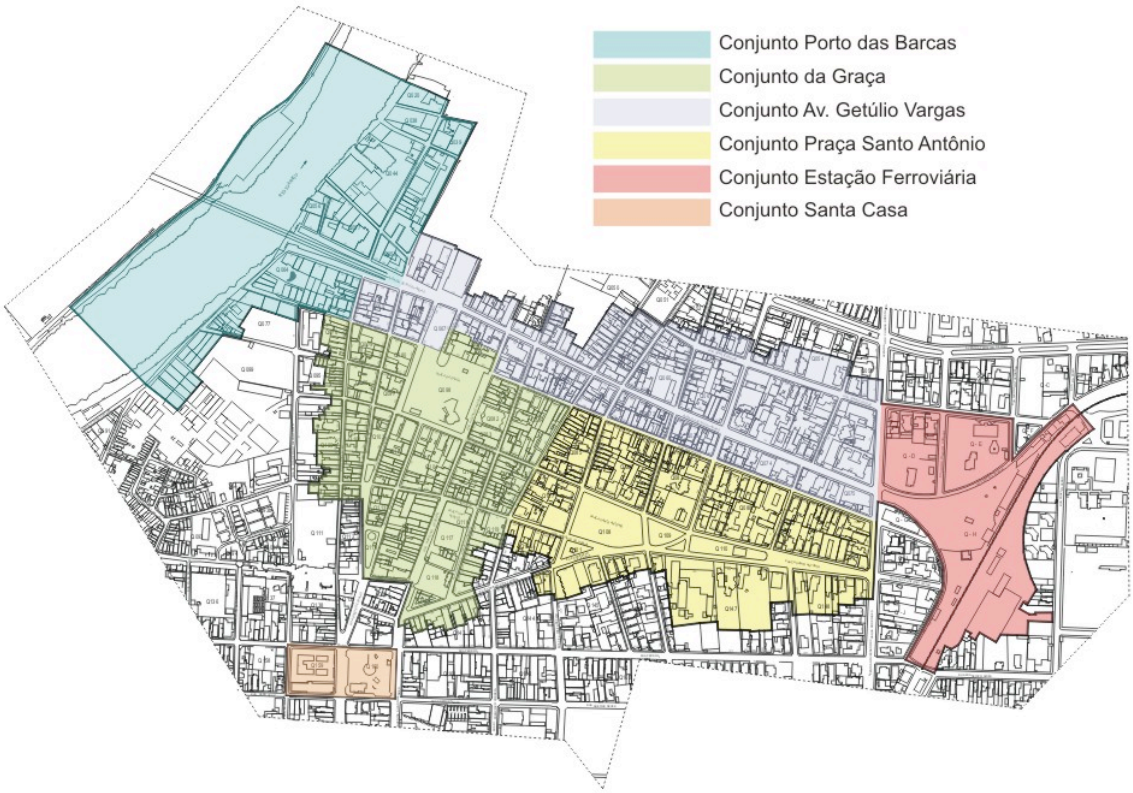


Figura 07: Poligonal de Tombamento identificada no SICG
Fonte: IPHAN, 2010 (SICG: M1-03-CONHECIMENTO – análise geral).

A partir dos dados resultantes da aplicação do SICG em Parnaíba, estabelecemos uma analise comparativa com o *Plano Diretor Estratégico* da cidade. Neste sentido, identificamos quais informações pertinentes ao conjunto em questão, e que constam no instrumento municipal, não foram inseridas no SICG, elaborado por uma empresa contratada pelo IPHAN.

Observa-se uma melhor setorização das quadras nas bases empregadas pelo plano diretor, em que as delimitações têm uma maior adequação com os usos e atribuições da dinâmica da cidade, de modo que, se houvesse interlocução entre as duas bases (*Plano Diretor Estratégico* e SICG), os diagnósticos dos quarteirões poderiam revelar as áreas de maior atenção para a proteção. Vejamos o mapa a seguir:

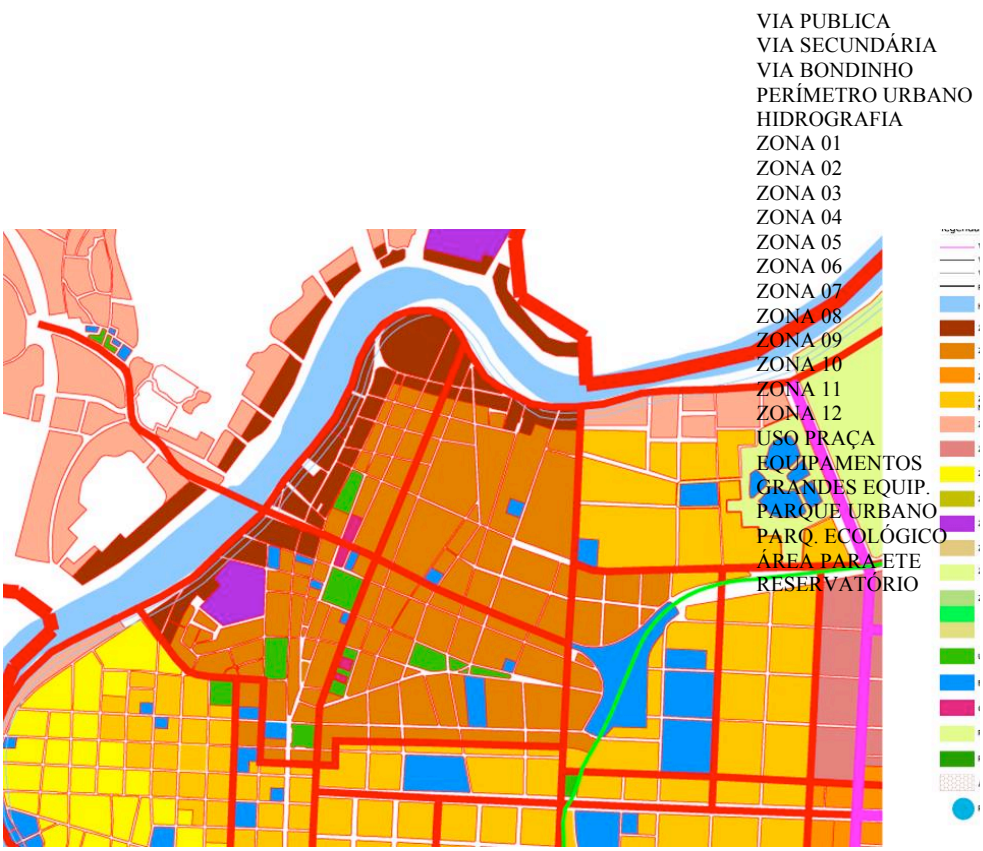


FIGURA 08 - Plano Diretor Estratégico do Município de Parnaíba.
Fonte: Plano Diretor Estratégico do Município de Parnaíba, 2007. Editado.

As áreas centrais denominadas Zona 1 (Porto das Barcas), Zona 2 (Centro Antigo) e Zona 3 (Nova Área Central) estão exatamente no perímetro de proteção do IPHAN. Mesmo que o mapa possua representações em cores estranhas aos padrões cartográficos, se consegue compreender melhor as áreas verdes, os equipamentos urbanos que produzem grande fluxo de passagem, os eixos rodoviários, as vias de velocidade controlada e expressa, a transposição do rio etc.

O *Plano Diretor* relaciona um programa e alguns projetos a serem implantados no perímetro de tombamento, a partir de recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Urbano de Parnaíba (FUNDURB), de impostos cobrados por outorgas onerosas pelo direito de construir e de alteração de uso, e dos incentivos culturais provenientes das leis federais. Um deles é o *Programa de Recuperação, o Restauro e Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural*, que aponta para futuros investimentos e articulações no centro antigo, como uma forma de gerenciar os programas subsequentes. Outros são o *Projeto Porto das Barcas – recuperação e revitalização do conjunto arquitetônico*, o *Projeto de Preservação da antiga área central*, o *Projeto do novo centro* e o *Projeto do espaço cultural, centro de convenções, museus e aquário*, citados como linhas de intervenção em áreas do perímetro tombado, mas ainda sem um desenvolvimento mais aprofundado de estudos de viabilidade.

O único projeto apresentado, até o momento, é o *Projeto Porto das Barcas – Recuperação e revitalização do conjunto arquitetônico*, vinculado a ações de preservação da região do Porto das Barcas e ao monitoramento e fiscalização do IPHAN.



FIGURA 09 – Implantação do Projeto Porto das Barcas-Recuperação e revitalização do conjunto arquitetônico (Empresa Architectus, 2007).
Fonte: Acervo: IPHAN/PI



FIGURA 10 – Maquete eletrônica do Projeto Porto das Barcas-Recuperação e revitalização do conjunto arquitetônico (Empresa Architectus, 2007).
Fonte: Acervo IPHAN/PI



FIGURA 11 – Imagem aérea do Porto das Barcas, atualmente.
Fonte: Acervo IPHAN/PI

No projeto apresentado, a área proposta é limitada somente a um setor do Porto das Barcas, sem maiores informações sobre a requalificação da área restante indicada no *Plano*

Diretor, referente à Zona 01. No entanto, esta zona (denominada de Porto das Barcas) tem uma abrangência maior do que o incluído no projeto.

O *Dossiê de Tombamento de Parnaíba* apresenta-se, nesse contexto, como o instrumento mais abrangente para a preservação da área tombada. Embora as ações pontuais descritas no *Plano Diretor* para o centro histórico pudessem ter servido de subsídio para orientar a aplicação do SICG em Parnaíba, pelo IPHAN, não se estabeleceu um diálogo entre esses instrumentos. Do mesmo modo que os projetos previstos precisam de estudos de viabilidade e de adequação às normas do tombamento, o inventário precisa ser revisado e reavaliado. E mesmo para se conseguir uma gestão compartilhada entre as esferas, e a implementação dos projetos e ações de preservação, será necessária a aplicação de recursos financeiros e a viabilização das ações estabelecidas nos instrumentos normativos.

No período de 2009 e 2010, tive a oportunidade de acompanhar de perto diversas situações ocorridas em Parnaíba, dentre elas, o forte período de chuvas de 2009 na região litorânea do Piauí, que provocou graves transtornos nos locais próximos do rio Igaraçu, inclusive com danos estruturais nas edificações do conjunto tombado de Parnaíba.

Da análise dos instrumentos legais relacionados ao longo deste trabalho, percebe-se que os mesmos não preveem ações de melhoria ou preservação, no caso de enchentes, nas áreas mais sensíveis a inundações, ou mesmo de outros desastres naturais a que o conjunto tombado está exposto, sendo este um aspecto a ser observado pelos gestores do local.

As imagens a seguir mostram edificações afetadas pelo rio Igaraçu, que transbordou com as fortes chuvas ocorridas na região, em 2009, num curto espaço de tempo.



FIGURAS 12A e 12B – Vista área Rio Igaraçu / Porto das Barcas.
Fonte: Imagens acervo pessoal retiradas em maio e agosto de 2009 em visita técnica no local. Vista Rio Igaraçu área do Porto das Barcas.



FIGURAS 13A e 13B – Vista rua interna do Porto das Barcas.
Fonte: Imagem acervo pessoal retiradas em maio e agosto de 2009 em visita técnica no local. Vista rua interna do Porto das Barcas. Nota-se a altura alcançada pela água na fachada dessas edificações.

A edificação que mais sofreu danos com a enchente foi o sobrado histórico localizado na Avenida Getúlio Vargas (figura 14), de propriedade particular, cujo processo de arruinamento foi acelerado pela ação das chuvas, o com desmoronamento de parte do telhado, do assoalho e das fachadas lateral e frontal. A queda da fachada lateral afetou a edificação vizinha de 'características históricas', prejudicando o telhado e a fachada frontal da mesma.

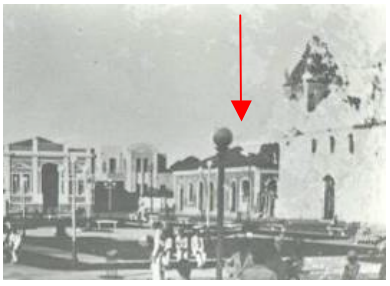


FIGURA 14 – Imagens da fachada de um Sobrado na Avenida Getúlio Vargas
Fonte: Acervo IPHAN-PI e Pessoal. A edificação logo após o sinistro e depois dos serviços de estabilização e recomposição das fachadas, realizados pelo proprietário.

Nesse caso, o proprietário foi notificado pelo IPHAN para tomar as providências cabíveis, uma vez que o imóvel encontrava-se abandonado e em precário estado de conservação há muitos anos, motivo porque não resistiu às chuvas. Esse sobrado foi registrado na ficha do SICG, onde é descrito como tendo "parte arruinada em virtude da má

conservação". Esta definição, contudo, é bastante incompleta para embasar uma ação dos gestores do patrimônio sem que sejam considerados os acontecimentos relatados acima.

Sobre a gestão do patrimônio, presenciamos outros casos em que se deu a atuação do IPHAN. Um deles, numa área localizada no entorno da Praça da Graça, sobre a qual a instituição possui documentação, em seu acervo, de diferentes momentos históricos da cidade e de sua ocupação arquitetônica, como pode ser visto nas imagens a seguir:



Acervo: IPHAN-PI (sem data)



Acervo: IPHAN-PI –Março2004



Acervo: IPHAN-PI Setembro 2010

Figura 15 – Momentos distintos de um imóvel localizado na Praça da Graça.

A loja que ocupa o imóvel está, atualmente, sob processo de embargo judicial por ter desconsiderado as normas estabelecidas numa notificação do IPHAN/PI, sendo que o órgão notificou o lojista por três vezes, solicitando que diminuísse o tamanho de seu engenho publicitário e amenizasse a cor de sua fachada. A instituição de patrimônio foi totalmente ignorada, e o caso foi encaminhado ao Ministério Público.

Outro exemplo foi o caso de uma edificação de características *art déco* localizada na Avenida Getúlio Vargas. O técnico da instituição embargou a obra em curso, realizada sem autorização do IPHAN, e notificou o proprietário a apresentar as plantas da reforma para a devida regularização da obra, o que foi prontamente atendido pelo proprietário.

Na análise do projeto a fiscalização constatou que uma abertura importante na fachada havia sido fechada no passado e recomendou sua reabertura ao proprietário e este refez a abertura, passando a mesma a integrar o projeto da loja pretendida. As requisições do IPHAN quanto ao engenho publicitário também foram atendidas pelo responsável pela obra, pois a placa de grande dimensão fixada na fachada também foi substituída por outra de dimensão compatível com a edificação.



Junho de 2005 Outubro de 2008 Março de 2009

Figura 16 – Acervo: IPHAN/PI (ainda se encontra lacrada a abertura na alvenaria) - Infelizmente não foi possível ter acesso à imagem atualizada da edificação em questão.

Partimos do entendimento de que cada ação realizada pelo IPHAN na cidade de Parnaíba devesse corresponder a uma logística para melhor gerenciar a área tombada. Os casos apresentados neste estudo fazem parte de um conjunto de ações a serem pensadas na gestão do patrimônio edificado da cidade.

Entretanto, alguns sentidos parecem escapar à atuação da instituição. Percebemos que existe uma preocupação grande por parte da sociedade de Parnaíba sobre a relação da edificação com a rua e da rua com seus transeuntes, no que diz respeito à representação do espaço público para a memória da sociedade. A cidade tem o sentido de *suporte de memória* para a comunidade que possuí sua trajetória marcada pelo traçado urbano. Portanto, a apreensão desses sentidos pela instituição de patrimônio favoreceria uma compreensão mais abrangente desse patrimônio cultural, evitando uma hierarquização entre patrimônio "material" e "imaterial", como também impediria uma ideia parcial sobre em que consiste a sua preservação.

Para as questões levantadas nesta dissertação sobre a gestão do patrimônio cultural de Parnaíba, consideramos que ainda há muito por fazer se considerarmos o previsto na Constituição Federal de 1988, quanto a inventário, proteção, acautelamento e preservação como práticas que precisam ser devidamente regulamentadas e observadas por legisladores e gestores do patrimônio cultural no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discorrer sobre Gestão do Patrimônio Cultural exige uma compreensão ampla das ações administrativas que incidem sobre o campo que se pretendeu analisar. Como o tema está sempre sujeito a diferentes interpretações – conforme Stuart Hall (2005, p. 41), "tudo que dizemos tem um 'antes' e um 'depois', uma 'margem' na qual outras pessoas podem escrever" –, procuramos incorporar esta premissa no trabalho.

Partimos do pressuposto de que ao trabalhar com a gestão de bens tombados, estes "devem ser entendidos e tratados não como uma classificação dividida em gênero 'patrimônio cultural' e espécies 'material' e 'imaterial'", pois "tal classificação pode ser utilizada de forma didática, mas não de forma hierarquizante entre os bens culturais" (CAMPOS, 2009, p. 41), buscando-se evitar as contradições entre os instrumentos legais e o descompasso das esferas públicas sobre o mesmo território.

Para construímos uma narrativa sobre gestão do patrimônio, devemos fazer um intenso esforço para abranger fatores que são rapidamente mutáveis, portanto o discurso pode ser sobreposto à medida que se ampliam os conceitos de 'cidade', 'sustentabilidade', 'globalização' e 'bem-estar'. Nesta ótica, a pesquisa pretende lançar o olhar sobre e ser representativa do período atual das políticas de preservação do patrimônio cultural.

A partir da experiência adquirida no trabalho de rotina e campo da Superintendência do IPHAN no Piauí, constatamos que existe um esforço por parte da instituição em avaliar as teorias e conceitos para aplicá-los no território piauiense.

Entretanto, a ampliação do quadro de profissionais especializados ajudaria a tornar mais efetivo o trabalho de desenvolver ações estratégicas para a gestão do patrimônio cultural no estado. Compreendemos que, em função do quadro institucional do IPHAN, as ações preservacionistas que precisam de constante revisão ficam na dependência de mão-de-obra específica, e muitas vezes, externa aos órgãos públicos, como a aplicação dos instrumentos de inventário.

Neste trabalho, procuramos analisar o processo de tombamento da cidade de Parnaíba, que tem um grau de complexidade maior do que os processos realizados nos primeiros anos de atuação do IPHAN no estado do Piauí. Tal complexidade é em parte o corolário de um processo de democratização da política nacional, no qual se insere a vinculação da preservação do patrimônio cultural ao exercício da cidadania.

Essa vinculação passa pela ampliação e incorporação do direito à memória dos diversos segmentos sociais que compõem a nação. Por outro lado, a eficácia das ações institucionais passa a ser medida, também, pelo reconhecimento da diversidade da cultura nacional, em especial nos contextos locais.

Nesse caminho, são evidentes os esforços no sentido de tornar claras as invisibilidades históricas de muitas manifestações culturais excluídas ou negadas durante o processo de afirmação da "identidade nacional". Assim, a contribuição do tombamento das "cidades históricas" do Piauí pode ir muito além da simples preservação da materialidade desses espaços.

O patrimônio cultural presente na cidade de Parnaíba, como "suporte de memória" de sua gente, conserva os signos da cultura nordestina sertaneja, sendo possível identificar em todos os seus espaços urbanos características de diferentes municípios do Piauí. Assim, tratar a gestão do patrimônio deste local, compreendendo que os valores atribuídos fazem parte de uma tradição local e identificam aspectos dos deslocamentos do interior para a cidade litorânea, poderia de encontro à iniciativa de aplicação da noção de *tombamento em rede*, proposta para ser o mote do reconhecimento do valor de patrimônio deste território pelo IPHAN.

Esta pesquisa buscou discutir políticas públicas, instrumentos de preservação, gestão compartilhada, legislação de patrimônio e a atuação do IPHAN para compreender algumas relações estabelecidas entre o tema do patrimônio e o território, e assim criar pontes para se pensar a preservação do conjunto tombado de Parnaíba/PI.

Devemos pontuar que, no período de elaboração desta dissertação, nos ressentimos da existência de referências bibliográficas relacionadas aos temas do patrimônio do Piauí, razão porque muitas das questões elencadas aqui foram tratadas a partir da experiência empírica de trabalho na instituição durante o programa de mestrado.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. Censo, Mapa, Museu. In ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. 2a ed. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

ANJOS, Claudiana C.; SOARES, Rafaela R. Trajetória da Praça Marechal Deodoro. In: RÊGO, Ana; MENDES, Cecília; QUEIROZ, Teresinha. **Piauí, História, Cultura e Patrimônio**. Editora Camillo Filho. Teresina 2010.

BARRETO, Paulo Thedim. O Piauí e sua arquitetura. RPHAN, n. 2, p.193. – 1940.

BENJAMIN, Walter. **Obra Escolhida: v.1. Magia e técnica, arte e política**; trad. S.P Rouanet; São Paulo: Brasiliense; 1985.

_____. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Ministério da Cultura**;** IPHAN**. Bens móveis e imóveis inscritos nos livros do tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

_____. **Ata da 58ª Reunião do Conselho Consultivo do patrimônio Cultural – IPHAN** de 11 de setembro de 2008– Arquivo Noronha Santos/IPHAN Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938-2009** / [Org. Francisca Helena Barbosa Lima, Mônica Muniz Melhem e Zulmira Canário Pope]. 5. ed. rev. e atualiz. [Versão Preliminar] – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009.

_____. **Exemplos de Aplicação.** SICG – IPHAN. Disponível em: <http: // portal.iphan. gov. br/ portal / montarDetalheConteudo .doretorno=detalheInstitucional&sigla= Institucional&id = 14901 > Acesso: 10 outubro 2010.

_____. **Patrimônio Mundial:** fundamentos para seu reconhecimento. A conservação sobre Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972: para saber o essencial. Disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/site/conteudo/downloads/arquivos/arquivo474/patrimonio.pdf> Acesso: 20 outubro 2012.

_____. **Inventário nacional de bens imóveis sítios urbanos tombados.** Manual de Preenchimento: Versão 25/11/98. [S.l]: IPHAN, 2000. 134 p.

_____. **Plano de preservação de sítio histórico urbano**: termo geral de referência. Brasília: IPHAN, 2003. 21 p.

_____. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**: sistema nacional do patrimônio cultural: desafios, estratégia e experiências para uma nova Gestão. Ouro Preto, 2009.

_____. **Síntese preliminar das discussões. Subsídios para a II CNC. Sistema Nacional do Patrimônio Cultural**: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Realizado no I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Dezembro, 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura**;** IPHAN**. Superintendência do IPHAN no Piauí.** Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.doid=12757&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional > Acesso em: outubro de 2010.

_____. **Trajetória, avaliação e perspectivas**. IPHAN/ Copedoc. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

_____. **Conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba**: Teresina, IPHAN, 2008.

_____.**Comunicação e Cidades Patrimônio Mundial do Brasil**. Org. Jurema Machado e Sylvia Braga – Brasília. UNESCO, IPHAN, 2010.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**/Yves Bruand; [tradução Ana M. Goldberger]. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão. **Patrimônio Imaterial e Memória Coletiva em Minas Gerais**. Revista Cadernos do Ceom – Ano 22. Nº 31- Espaço de Memória abordagem e práticas 2009. Disponível em: <http://apps.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/72/showToc> Acesso em 20 de janeiro de 2011.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia (org.). **A invenção do patrimônio**: **continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: MinC/Iphan/Departamento de Promoção, 1995. 80 p.

_____. **Os Arquitetos da Memória: construção de um Patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil** – anos 30 e 40. [Tese]. Doutorado em Niterói: UFF, 1998.

_____. Patrimônio Imaterial: práticas culturais na construção de identidades de grupos. In: CHUVA, Márcia. **Reflexões e Contribuições para a Educação Patrimonial**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2002.

COSTA, Lúcio. **Documentação Necessária**. Modernistas na repartição / organizado por Lauro Cavalcanti, Rio de Janeiro: Editora UFRJ: MinC – IPHAN, 2000, pág. 185-193.

_____. **Razões da nova Arquitetura**. Registro de uma Vivencia São Paulo. Empresa de Artes, [1934], 1996b.

CONDEVASF. Plano de ação para o desenvolvimento integrado da bacia do Parnaíba. 2000.

CURY, Isabelle (Org.). Cartas patrimoniais. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DAMATTA, Roberto. **Considerações Sócio-Antropológicas sobre a Ética na Sociedade.** 20 de novembro de 2001. Disponível em: <http://www.codigodeetica.es.gov.br/artigos/Etica%20Roberto%20da%20Matta.pdf> Acesso em: 10 de janeiro de 2011.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Paisagem**. In. Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material. Org. Claudia S. Rodrigues de Carvalho, Marcus Granado, Rafael Zamorano Bezerra e Sarah Fassa Benchetrit. Ed. Museu Histórico Nacional. 2008.

FERREIRA, Anna Cristina Andrade. **O descuido de se tombar: A importância da paisagem cultural dos engenhos de cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia**. Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPB. Julho, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense; Universitária, 1987.

FIGUEIREDO, Diva M. F. **O monumento habitado: a preservação de sítios históricos na visão dos habitantes e dos arquitetos especialistas em Patrimônio. O caso de Parnaíba.** Recife, 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

FONSECA, Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.

FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO PIAUÍ BRASIL. **Imagem poligonal do Parque Nacional da Serra da Capivara.** Disponível em: <http://www.fumdham.org.br/mapas.html> acesso: 17/01/2011 às 14h54min PM.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HANDLER, Richard. **On having a culture: nacionalism and preservation of Quebec's patrimoine**. In STOCKING Jr, George W. *Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture*. London: University of Wisconsin Press, 1985.

HOBSBAWM, Eric; TERENCE, Ranger. **A Invenção das Tradições.** 3ª ed. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro, 2002. Editora Paz e Terra.

LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento**. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Impressa Nacional, 1984. v.1 memória – história.

LEITE, Rogério Leite. **Contra-usos da cidade: lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea** / Rogério Leite. – 2. Ed. Campinas, SP: Unicamp; Aracaju, SE; UFS, 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O Pensamento Selvagem. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976.

MAGALHÃES, Aloísio**. E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MOTTA, Lia. **Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural – 1975 a 1990**. Rio de Janeiro, 2000. 163p. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento). Universidade do Rio de Janeiro / UNIRIO.

_____. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº22**. SPHAN/Pro - Memória. Rio de Janeiro / 1987.

MENDES, Tiago. Reunião detalha sobre o tombamento do Centro Histórico de Parnaíba pelo IPHAN. **Proparnaíba,** 12 de maio de 2010. Disponível em: < http://www.proparnaiba.com/reportagens/reuniao-detalha-tombamento-do-centro-historico-de-parnaiba-pelo-iphan.html> Acesso em: 09 de julho de 2010.

NIETZCHE, Friedrich. **O pensamento de Nietzsche**: Defesa da Cultura. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/artigos/nietzsche_pensamento.htm> Acesso: 29 jan. 2011.

PESSÔA, José. **Lucio Costa: Documentos de Trabalho**. Coord. José Pessôa. Rio de Janeiro. IPHAN, 1999.

PEREIRA, Julia Wagner. **Nem heróico nem moderno: a construção do "Patrimônio Histórico e Artístico Nacional" na gestão de Renato Soeira no IPHAN (1967-1979)**. In: Programa de Especialização em Patrimônio – Artigos (2005 e 2006) / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil), Coordenação- Geral de Pesquisa e Documentação. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2009.

PONTE, Ailton Vasconcelos. Tombamento de Parnaíba. **O Piauí Culturalista**, Parnaíba, 05 de agosto de 2009, Disponível em:<http://www.opiagui.com.br/2009/08/o-tombamento-federal-do-conjunto-historico-e-paisagistico-de-parnaiba/>. Acesso em: 9 de janeiro de 2011 as 18h42min PM.

POULOT, Dominique. **A História da Razão Patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI.** Tradução: Catarina Eleonora. Disponível em: <http://www.lahic.cnrs.fr/IMG/pdf/article_poulot.pdf.> Acesso: 24 out. 2010.

PUBLIX, Instituto. "**Um Sistema Nacional do Patrimônio Histórico: Painel Gestão da Cultura"**, II Congresso do CONSAD, Brasília, março de 2009. Disponível em: <http://www.institutopublix.org.br/Painel_65_Um_Sistema_Nacional_do_Patrimonio_Historico.pdf > Acesso em: 18 jun. 2009.

RABELLO, Sônia. **O estado na preservação de bens culturais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

RIBEIRO, Rafael W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007.

RIBEIRO, Sandra. **Brasília, Memória, Cidadania e Gestão do Patrimônio Cultural**. Ed. Anna Blume. Brasília, 2005.

RUBINO, Silvana. **O Mapa do Brasil passado**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24. IPHAN, Rio de Janeiro, 1996.

SALLES, Pedro MR. **ESTRUTURA, FORMA E PAISAGEM: as dobras e articulações do espaço como material do projeto contemporâneo**. Pesquisa docente diretório de pós-graduação e extensão universidade Anhembi Morumbi, 2005.

SANT'ANNA, Márcia**. Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1938-1990),** dissertação de mestrado. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1995.

_____. **A cidade-atração: A norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90.** Tese doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Salvador: UFBA, 2004.

_____. **"Patrimônio Imaterial do Conceito ao Problema da Proteção"**. In: *Revista Tempo Brasileiro* nº 147, p.151-161, out – dez 2001.

SCIFONI, Simone; NASCIMENTO, Flavia. **A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira - SP**. In. Revista CPC, número 10 p.29-48, maio/out 2010.

SILVA, Olavo Pereira. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauhy**. Volume 1. Estabelecimentos rurais. Belo Horizonte Ed. do Autor, 2007.

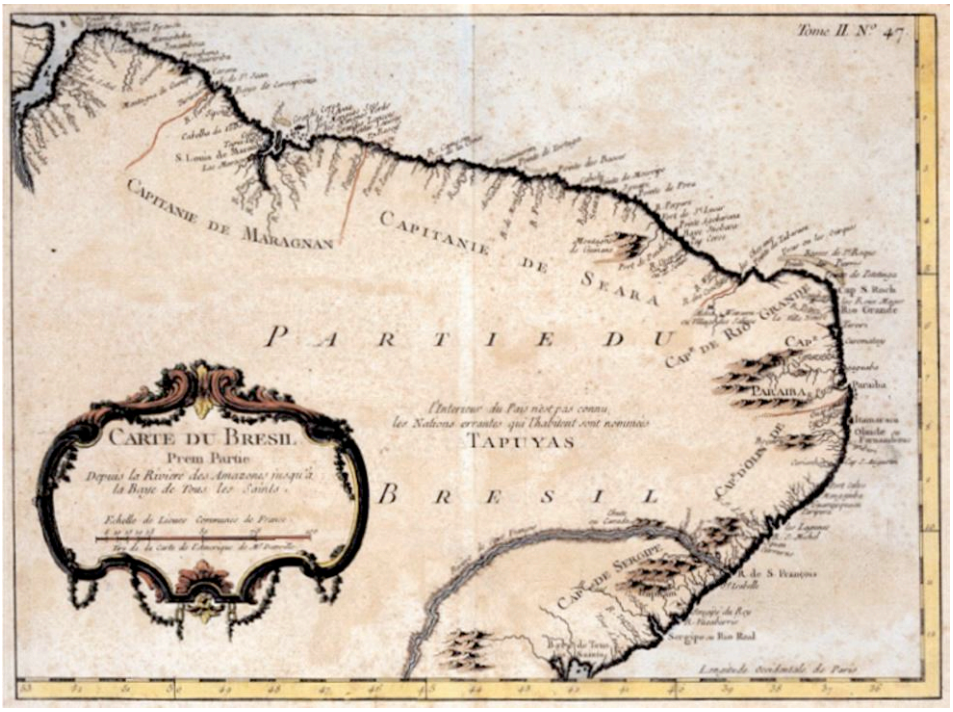
SILVEIRA, Shaiane Vargas. **Projeto de educação patrimonial sobre o conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba.** Parnaíba: UFPI, 2010. 8 p. (Programa Novas rotas universitárias).

SORGINE, Juliana. **Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto, 1949 – 1950**. Colaboração de Lia Motta e Bettina Grieco. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

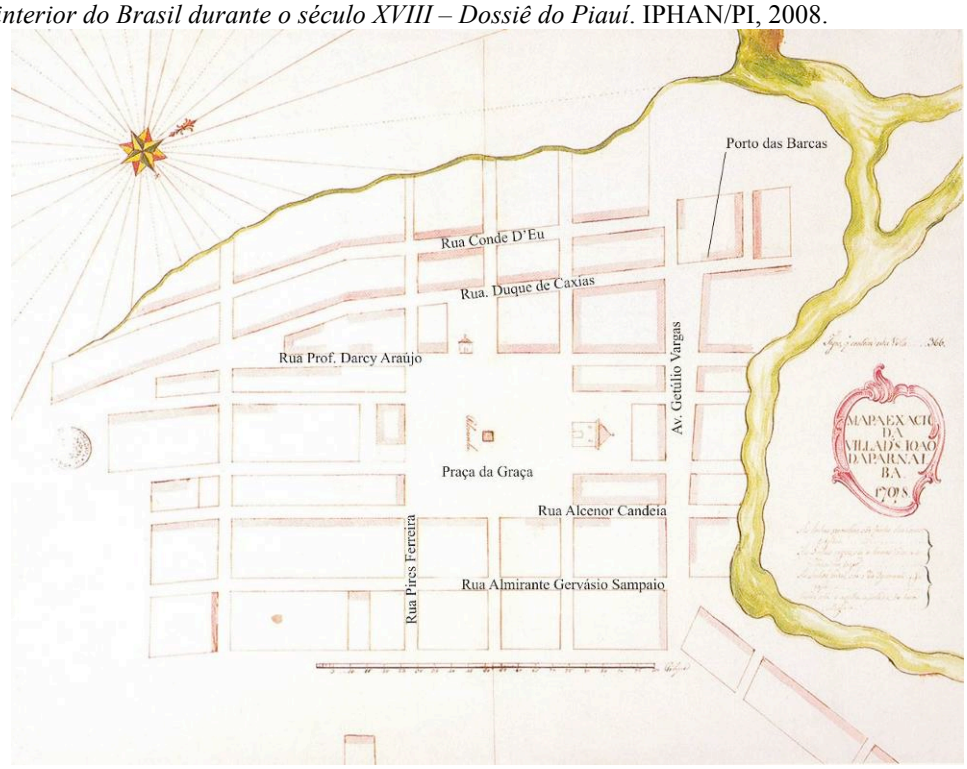
UNESCO. **Marco Estratégico para a UNESCO no Brasil**. UNESCO Brasil. Outubro de 2006.

WILSON, José. **Iphan discute tombamento do sítio histórico de Parnaíba**. Disponível em: < http://www.vooz.com.br/blogs/Iphan-discute-tombamento-do-sitio-histórico-de-parnaiba-36777.html.> Acesso em: 12 julho 2010, as 00:35AM.

ANEXOS



Acervo: IPHAN-PI - "CARTE DU BRESIL", 1746. Extraído do cd room "O Tesouro dos Mapas – A Cartografia na Formação do Brasil". In: *Cidades Testemunho da Ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII – Dossiê do Piauí*. IPHAN/PI, 2008.



Acervo: IPHAN-PI - "Mapa Exacto da Villa D'São João da Parnaíba", 1798. Extraído do livro Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial, de Nestor Goulart Reis, 2000. Identificação dos locais segundo a nomenclatura atual. In: *Cidades Testemunho da Ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII – Dossiê do Piauí*. IPHAN/PI, 2008.



Acervo: IPHAN-PI - "Cópia da Villa de São João da Parnaíba", 1809. Extraído do livro Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial, de Nestor Goulart Reis, 2000. Identificação dos locais segundo a nomenclatura atual. In: *Cidades Testemunho da Ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII – Dossiê do Piauí*. IPHAN/PI, 2008